

IMESC SEPLAN

GOVERNO DO
MARANHÃO



boletim
SOCIAL
do Maranhão

A participação
das mulheres no
mercado de trabalho

V.4 N.2 – ABRIL / JUNHO



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

Luis Fernando Silva

PRESIDENTA DO INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFI-
COS

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTO-
GRÁFICOS

José de Ribamar Carvalho dos Santos

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Thalysson Costa Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIO-
NAIS E SOCIAIS

Marlana Portilho Rodrigues Santos

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E
SETORIAIS

Raphael Bruno Bezerra Silva

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E
FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO

**Departamento de Estudos Populacionais e
Sociais**

ELABORAÇÃO

**Carla Vanessa Santos Cutrim
Marlana Portilho Rodrigues Santos
Maysa Eduarda Silva Miranda
Mírian Carvalho da Costa
Raphael Bruno Bezerra Silva
Sanndy Dayse Fonseca Ribeiro
Vitor Gabriel Moreira Freire**

MAPAS

**Maria de Lourdes dos S. Silva
Thales de Sá Ximenes
Vítor Raffael Oliveira de Carvalho**

REVISÃO TÉCNICA

**Rafael Thalysson Costa Silva
Talita de Sousa Nascimento Carvalho**

REVISÃO TEXTUAL

**Rodrigo Oliveira
Ricardo Miranda Filho
Carla Vitória Mendes**

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

DIAGRAMAÇÃO

Carlíane Sousa

CAPA

Herbet Machado

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)

Boletim Social do Maranhão: a participação das mulheres no mercado de
trabalho [recurso eletrônico] / Instituto Maranhense de Estudos
Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) - São Luís: IMESC, 2022.

63 p.:il. color.; v. 4, n. 2 (abr./jun.)

ISSN 2675 567X

1. Políticas públicas 2. Políticas sociais 3. Mercado de trabalho
4. Maranhão I. Boletim Social do Maranhão: a participação das mulheres
no mercado de trabalho

CDU 304 (812.1)



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pessoas ocupadas (em milhões), por sexo, no Brasil, de 2012 a 2022.....	17
Gráfico 2 – Participação feminina na população ocupada (%), no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022	17
Gráfico 3 – Pessoas ocupadas (em milhares), por sexo, e participação feminina na população ocupada (%), no Maranhão, de 2012 a 2022	19
Gráfico 4 – Taxa de informalidade, por sexo, no Brasil, no Nordeste e no Maranhão (%) – 2012 a 2022	21
Gráfico 5 – Participação feminina na subocupação, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022	23
Gráfico 6 – Pessoas subocupadas (em milhares), por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2022	23
Gráfico 7 – Pessoas subocupadas (em milhares), por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022	24
Gráfico 8 – Taxa de desocupação da população em idade ativa (%), por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022.....	26
Gráfico 9 – Taxa de desocupação da população em idade ativa (%), por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022.....	27
Gráfico 10 – Diferencial de rendimento médio real habitual do trabalho principal entre homens e mulheres, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022.....	28
Gráfico 11 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal, por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2022*	28
Gráfico 12 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal e diferença percentual de rendimento médio, entre homens e mulheres, no Maranhão, em 2012 e 2022.....	31
Gráfico 13 – Mulheres em idade ativa fora da força de trabalho (%), no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022	32
Gráfico 14 – População fora da força de trabalho (em milhares) e em relação ao total da PIA (%), por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2022*	32
Gráfico 15 – Mulheres em idade ativa fora da força de trabalho (%), no Brasil e nas UFs, em 2022*	33
Gráfico 16 – População fora da força de trabalho total (em milhares) e em relação ao total da PIA (%), por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022.....	34
Gráfico 17 – Variação anual do percentual da população fora da força de trabalho em relação ao total da PIA, por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022	34



Gráfico 18 – Mulheres em desalento em relação ao total de pessoas em desalento (%), no Brasil e Grandes Regiões, de 2012 a 2022	35
Gráfico 19 – Pessoas em desalento (%), por sexo, e diferença de percentuais entre mulheres e homens, nas UFs, em 2022*	35
Gráfico 20 – Estoque de emprego formal (em milhões), por sexo, e participação feminina, no Brasil, em 2012 e 2020	38
Gráfico 21 – Percentual e estoque (em milhares) de emprego formal, por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2020	40
Gráfico 22 – Estoque de emprego formal (em milhares), por sexo, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012	41
Gráfico 23 – Estoque de emprego formal (em milhares), por sexo, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2020	41
Gráfico 24 – Estoque de emprego formal (em milhões), por escolaridade, por sexo, no Brasil, em 2012 e 2020	44
Gráfico 25 – Remuneração média por escolaridade, por sexo, no Brasil, em 2012 e 2020	44
Gráfico 26 – Estoque de emprego formal (em milhares), por escolaridade e sexo, no Maranhão, em 2012 e 2020	46
Gráfico 27 – Percentual do estoque de emprego formal e remuneração real média das mulheres, por escolaridade, no Maranhão, em 2012 e 2020	46
Gráfico 28 – Percentual de emprego formal, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Brasil, em 2012 e 2020	50
Gráfico 29 – Percentual de emprego formal, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Nordeste, em 2012 e 2020	50
Gráfico 30 – Percentual de emprego formal, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Maranhão, em 2012 e 2020	50
Gráfico 31 – Remuneração real média, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Brasil, em 2020	52
Gráfico 32 – Remuneração real média, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Nordeste, em 2020	52
Gráfico 33 – Remuneração real média, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Maranhão, em 2020	52
Gráfico 34 – Evolução mensal do saldo de emprego formal, por sexo, no Maranhão, de janeiro de 2021 a agosto de 2022*	54



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Participação feminina na subocupação, nas UFs, em 2012 e 2022.....	25
Mapa 2 – Diferença percentual de rendimento médio entre homens e mulheres, nas UFs, em 2012 e 2022*.....	30
Mapa 3 – Percentual do estoque de emprego formal feminino, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012 e 2020.....	42
Mapa 4 – Percentual do estoque de emprego formal feminino, nos municípios maranhenses, em 2012 e 2020.....	43
Mapa 5 – Saldo acumulado de emprego formal das mulheres, nos municípios maranhenses, em 2021 e 2022*.....	58



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipo de ocupação por categoria de emprego para cálculo da taxa de informalidade ..	10
Quadro 2 – Agrupamento dos níveis de escolaridade, conforme variáveis da RAIS.....	14



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da ocupação por sexo (%) em 2012 e 2022, ranking em 2022 e variação entre 2012 e 2022, no Brasil e nas UFs.....	18
Tabela 2 – Quantidade de pessoas ocupadas (em milhares), variação relativa (%) e distribuição (%), por grupamento de atividade e sexo, no Maranhão, em 2012 e 2022	20
Tabela 3 – Taxa de informalidade por grupamento de atividade e por sexo, no Maranhão, em 2012 e 2022.....	22
Tabela 4 – Taxa de desocupação da população em idade ativa (%), por sexo, no Brasil e nas UFs, em 2012 e em 2022	27
Tabela 5 – Motivos das mulheres em idade ativa estarem fora da força de trabalho, no Brasil, em 2022*.....	33
Tabela 6 – Perfil de homens e mulheres desalentados, no Maranhão e mulheres, no Nordeste e Brasil, em 2022.....	36
Tabela 7 – Estoque de emprego formal e distribuição percentual, por sexo, nas Grandes Regiões, em 2012 e 2020	38
Tabela 8 – Estoque de emprego formal, por sexo, nas UFs, em 2012 e 2020.....	39
Tabela 9 – Estoque de emprego formal (em milhares) e remuneração médias das mulheres, por escolaridade, nas Grandes Regiões, em 2012 e 2020.....	45
Tabela 10 – Estoque de emprego formal feminino, por escolaridade, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012 e 2020.....	47
Tabela 11 – Remuneração real média das mulheres, por escolaridade, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012 e 2020.....	48
Tabela 12 – Municípios maranhenses com remuneração média feminina acima da média do estado, por escolaridade, em 2020.....	49
Tabela 13 – Percentual de emprego formal feminino, por faixa de horas trabalhadas, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2020.....	51
Tabela 14 – Saldo de emprego formal, por sexo, nas UFs, de janeiro a agosto de 2022.....	53
Tabela 15 – Saldo de emprego formal por gênero e atividades econômicas – 2021 e 2022*	55
Tabela 16 – Saldo de emprego formal por Gênero e Ocupação – 2022*	56
Tabela 17 – Municípios maranhenses com maior saldo na geração de empregos formais entre as mulheres, em 2021 e 2022*	57



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	10
3. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: Brasil, Grandes Regiões e UFs	16
3.1. Mulheres na força de trabalho	17
3.1.1. Ocupação	17
3.1.2. Grau de formalização da ocupação.....	21
3.1.3. Subocupação	23
3.1.4. Taxa de desocupação.....	26
3.1.5. Diferencial de rendimento do trabalho principal entre gêneros	28
3.2. Mulheres fora da força de trabalho	32
3.2.1. Desalento	35
4. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL: Brasil, Grandes Regiões, UFs, Regiões de Desenvolvimento e Municípios Maranhenses	37
4.1. Estoque de emprego formal	38
4.2. Estoque de emprego formal por escolaridade e remuneração média	44
4.3. Faixa de horas trabalhadas e remuneração média	50
4.4. Saldo de emprego formal no Maranhão por setores de atividade	53
4.5. Saldo de emprego formal no Maranhão por ocupação	56
4.6. Saldo de emprego formal nos municípios maranhenses	57
5. EMPREENDEDORISMO E LIDERANÇA FEMININA	59
5.1 Empreendedorismo Feminino no Maranhão	60
5.2 A Mulher Maranhense em Cargos de Liderança	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63

APRESENTAÇÃO

O Boletim Social do Maranhão tem por objetivo fornecer indicadores atualizados sobre os mais diversos temas da realidade social do Maranhão com a finalidade de subsidiar a elaboração e o monitoramento das políticas públicas do estado. Os boletins são temáticos e cada edição disponibiliza informações acerca do cenário maranhense, com recortes municipais e regionais, contextualizando-as com o país e os demais estados. Além da publicação, o Boletim Social disponibiliza uma base de dados e um infográfico com o resumo das principais informações abordadas.

A 11ª edição do Boletim traz como tema “**A participação das mulheres no mercado de trabalho**”, com um panorama sobre a ocupação e o emprego das mulheres, em comparação aos homens, no Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas, Regiões de Desenvolvimento e Municípios do Maranhão, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA).

O Boletim aborda temas como mercado formal, mercado informal, escolaridade, remuneração média e faixa de horas trabalhadas. Apresenta, ainda, dados e informações sobre o empreendedorismo feminino e as categorias profissionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) das mulheres maranhenses.

Boa leitura!



1. INTRODUÇÃO

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres estão presentes em diversas frentes da sociedade, mas se tornaram muito mais evidente no âmbito do mercado de trabalho em que, historicamente, os homens são maioria. Internacionalmente, apenas em 1951, com a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração (n.º 100) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), houve a fixação igualitária da remuneração para homens e mulheres que desempenham a mesma função. Posteriormente, em 1958, com a Convenção Concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (n.º 111) da OIT, no seu artigo 2º, buscou-se assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres:

Qualquer Membro para o qual a presente convenção se encontre em vigor compromete-se a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria.

No Brasil, a igualdade de salário para homens e mulheres que desempenham funções idênticas no mercado de trabalho está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no seu artigo 461: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade”.

Apesar dos avanços nos direitos trabalhistas das mulheres, desafios ainda perduram ao longo do tempo, principalmente quanto à inserção ao mercado de trabalho e à remuneração. Vários são os desafios para o ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho, a exemplo da priorização da família em relação ao trabalho, ao cuidado com os filhos, a maior dedicação aos afazeres domésticos, dentre outros.

Tendo em vista a relevância dessas questões, o presente Boletim Social traz a temática “**A participação das mulheres no mercado de trabalho**” e analisa a participação feminina maranhense no mercado de trabalho. O boletim está dividido em três partes: I. Mulheres no mercado de trabalho, sob a ótica da sua participação na ocupação (formal e informal) e o perfil das mulheres fora da força de trabalho; II. Mulheres no mercado de trabalho formal; III. Empreendedorismo e liderança feminina, com informações sobre as maranhenses empreendedoras e sobre a participação das mulheres maranhenses em cargos de liderança no Governo do Estado.



2. METODOLOGIA

Para a elaboração deste Boletim Social, foram utilizados os seguintes dados de uso e acesso públicos de duas fontes distintas:

- **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**

Os dados acerca do mercado de trabalho da primeira seção deste boletim são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT), disponibilizada no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) e por microdados. Estes últimos foram utilizados para as análises de ocupação e taxa de informalidade por grupamentos de atividades.

O período analisado foi de 2012 a 2022, sendo referentes ao primeiro trimestre de cada ano. As aberturas dos dados por sexo para as unidades federativas para 2021 e 2022 não foram amplamente divulgadas para todas as aberturas territoriais porque o tamanho amostral necessário não foi alcançado nesse período, devido às limitações de coleta em meio aos impactos da pandemia de COVID-19. Dessa forma, é possível acessar esses indicadores apenas por meio dos microdados da PNADCT. Com o intuito de trazer um panorama mais recente da situação da mulher no mercado de trabalho, não obstante as ressalvas feitas pelo IBGE, as informações foram extraídas para 2021 e 2022.

Para ser possível a comparabilidade dos dados, optou-se em analisar com o mesmo período dos anos anteriores, no caso, o primeiro trimestre de cada ano, para reduzir a influência da sazonalidade. O motivo para a escolha do primeiro trimestre está relacionado ao fato de ser o trimestre de referência da PNADCT mais recente na época da elaboração deste boletim.

Quadro 1 – Tipo de ocupação por categoria de emprego para cálculo da taxa de informalidade

Tipo de ocupação	Categoria de ocupação
Formal	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada
	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada
	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
	Militar e servidor estatutário
	Conta-própria que contribui para previdência social
	Empregador que contribui para previdência social
Informal	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada
	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada
	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
	Trabalhador familiar auxiliar
	Conta-própria não contribuinte
	Empregador não contribuinte

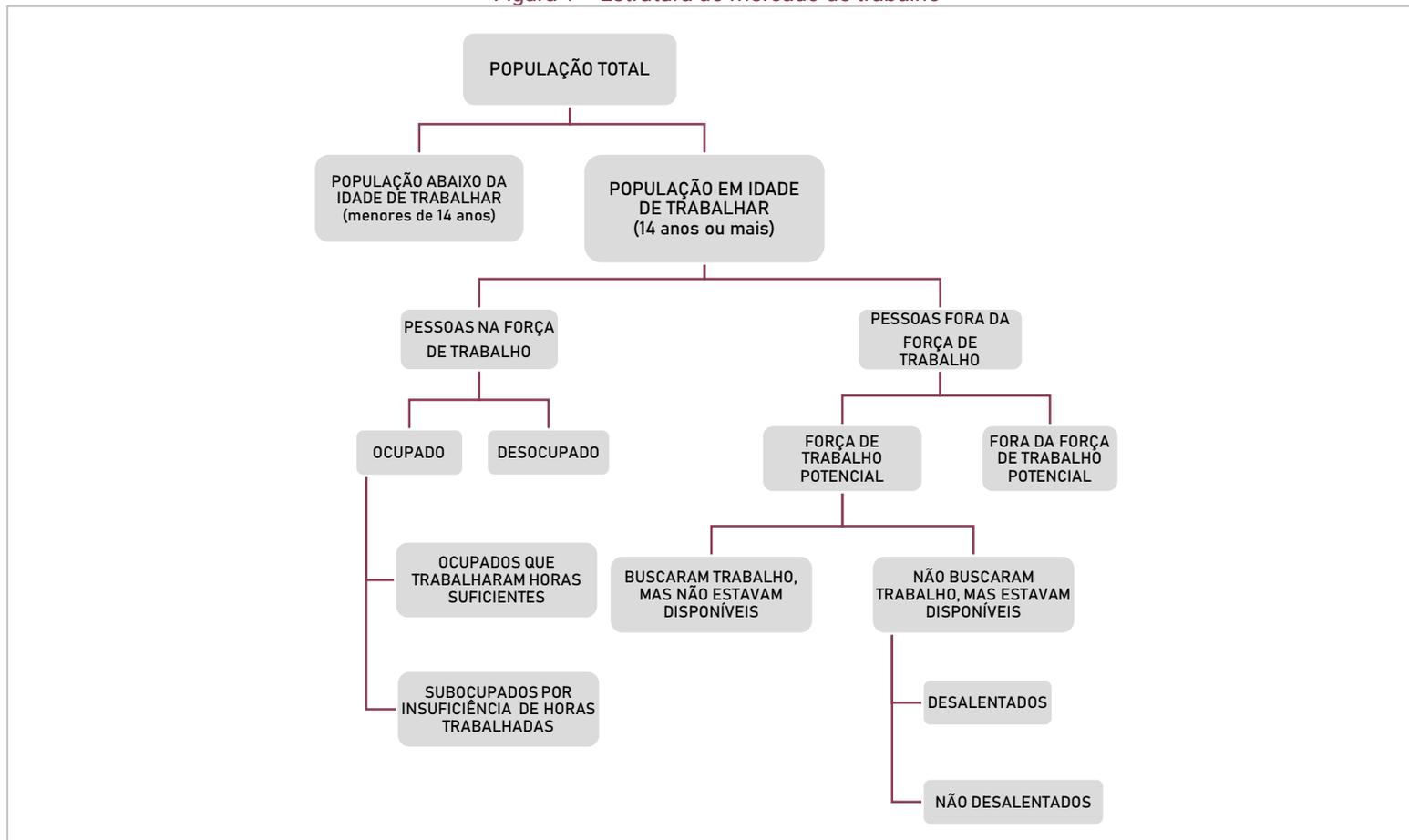
Fonte: Elaboração própria com base na metodologia do IBGE/SIS



A taxa de informalidade utilizada neste boletim foi calculada a partir da razão entre as pessoas em ocupação informal e o total da população ocupada. A definição de ocupação informal utilizada é a mesma encontrada na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) – IBGE, pensada conforme recomendação da Organização Internacional do Trabalho – OIT (*International Labor Organization – ILO*). Assim, as categorias de ocupação foram enquadradas como formal e informal de acordo com o **Quadro 1**.

A **Figura 2** mostra a esquematização do mercado de trabalho utilizada pelo IBGE. Logo em seguida, são apresentadas as categorias incluídas nesta pesquisa e suas respectivas definições segundo a metodologia da PNADC/IBGE.

Figura 1 – Estrutura do mercado de trabalho



Fonte: IBGE



1. População: é composta por duas categorias: pessoas abaixo da idade de trabalhar e população em idade de trabalhar.

1.1. Pessoas abaixo da idade de trabalhar: pessoas que não possuem idade legal para o trabalho no último dia da semana de referência;

1.2. Pessoas em idade de trabalhar: é a forma que são classificados aqueles que tinham 14 anos ou mais no último dia da semana de referência¹. Essa categoria divide-se em outras duas: pessoas na força de trabalho e fora da força de trabalho.

1.2.1. Força de trabalho: abrange as pessoas que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

A.1. Pessoas ocupadas: é como são definidas aquelas que na semana de referência trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio; considera também as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas.

A.1.1. Subocupados: por insuficiência de horas trabalhadas são as pessoas que, na semana de referência, trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, mas gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas, e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

A.2. Pessoas desocupadas: são aquelas que estavam sem trabalho (que gera rendimento para o domicílio) na semana de referência, mas tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo nessa semana. Também são incluídos nessa categoria, as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, porque já haviam conseguido trabalho com início previsto para após a semana de referência e prazo limite para esse início de até 3 meses.

A.2.1. Taxa de desocupação: é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho.

1.2.2. Fora da força de trabalho: dessa forma que são classificadas as pessoas que na semana de referência, não foram classificadas como ocupadas e nem como desocupadas.

¹ Semana de referência compreende os dias de domingo a sábado que antecede a semana que ocorre a entrevista da PNADC.



A.3. Força de Trabalho Potencial: é formado por dois grupos: (1) pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; (2) pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

A.3.1. Desalentadas: é forma de classificar as pessoas que declararam como "principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência" de acordo com as seguintes alternativas: (1) *Não conseguiu trabalho adequado*, ou seja, a pessoa que havia desistido de procurar trabalho por não conseguir trabalho de acordo com a sua qualificação, com seu nível de escolaridade ou com a remuneração desejada; (2) *Não tinha experiência profissional ou qualificação* – para a pessoa que havia desistido de procurar trabalho por não ter experiência profissional ou qualificação para concorrer às vagas de trabalho ofertadas na localidade; (3) *Acha que não vai encontrar trabalho por ser muito jovem ou muito idoso* – para aqueles que tinham desistido de procurar trabalho porque acredita que os empregadores iriam considerá-la muito jovem ou idosa para trabalhar; (4) *Não havia trabalho na localidade* – para a pessoa que havia desistido de procurar trabalho por não encontrar qualquer tipo de trabalho na localidade em que reside.

- **MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA (MTP)**

Os dados acerca do mercado de trabalho da segunda seção deste Boletim são disponibilizados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) no site do MTP. O período analisado compreendeu os anos de 2012 a 2020 para a RAIS e de 2021 a agosto de 2022 para o CAGED.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

A RAIS capta todas as informações do mercado de trabalho formal durante o ano, sendo uma fonte de informação com grande abrangência, porque permite o cruzamento de diversas variáveis e engloba níveis ocupacionais, setoriais e geográficos, como nacional, regional e municipal. A divulgação permite a consulta em dois blocos:

1. **RAIS estabelecimentos:** obtém informações relativas ao tamanho do estabelecimento, assim como sua atividade econômica, natureza jurídica, estoque de emprego em 31/12, existência de vínculos de empregos ativos durante o ano, dentre outros;
2. **RAIS vínculos:** obtém as informações relativas aos vínculos de emprego, as quais definem um trabalhador a partir do número de sua inscrição no PIS.



Nesta publicação foram utilizados os dados do bloco de vínculos. Dentre as informações disponíveis estão:

- 1) **Estoque de emprego formal**, utilizando a referência do vínculo em 31/12 do ano de referência, o que significa um contrato de trabalho vigente no final do período de referência, informação utilizada para o cálculo do estoque de empregos no ano;
- 2) **Sexo do trabalhador**;
- 3) **Nível de escolaridade**, agrupado em quatro níveis para análise neste boletim:

Quadro 2 – Agrupamento dos níveis de escolaridade, conforme variáveis da RAIS

Variáveis RAIS	Agrupamento
Analfabeto	Analfabeto + Ensino Fundamental Incompleto
Até 5ª Incompleto	
5ª Completo Fundamental	
6ª a 9ª Fundamental	
Fundamental Completo	Ensino Fundamental Completo + Ensino Médio Incompleto
Médio Incompleto	
Médio Completo	Ensino Médio Completo + Ensino Superior Incompleto
Superior Incompleto	
Superior Completo	

Fonte: Elaboração própria

4) **Remuneração média** nominal de 31 de dezembro do ano-base, que expressa apenas a remuneração dos vínculos empregatícios no mês de dezembro em valores nominais (não inclui o 13º salário). Como no cálculo do estoque de empregos formais no ano foram utilizados os vínculos ativos em 31 de dezembro do ano-base, deu-se preferência por essa variável por selecionar as remunerações médias dos vínculos ativos no mesmo período. Após a extração dos dados, os valores foram inflacionados pelo IPCA até abril de 2022;²

5) **Faixa de horas trabalhadas**, que é a quantidade de horas contratuais de trabalho por semana.

² Foi realizada média ponderada para o cruzamento da remuneração média e escolaridade.



Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED)

Desde janeiro de 2020, o uso do Sistema do CAGED foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas. Permanece a obrigatoriedade de envio das informações por meio do Caged apenas para órgãos públicos e organizações internacionais que contratam celetistas. Embora a maior parte das empresas esteja obrigada a declarar o eSocial, muitas deixam de prestar informações de desligamentos a este sistema. Para viabilizar a divulgação das estatísticas do emprego formal, o Ministério do Trabalho e Previdência vem fazendo a imputação de dados de outras fontes.

Com isso, o Novo CAGED é composto por informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web.

- **eSocial:** o eSocial foi instituído pelo Decreto n.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014, com o objetivo de unificar e simplificar a prestação de informações relativas a trabalhadores e empresas, bem como o cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.
- **Empregador Web:** sistema de uso obrigatório para o preenchimento de Requerimento de Seguro-desemprego/Comunicação de Dispensa de trabalhadores dispensados involuntariamente de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada.

Os microdados resultantes da nova consolidação estão disponibilizados de acordo com o mês da divulgação, a partir de janeiro de 2020, contendo três arquivos para cada competência. Seguindo um padrão, os arquivos de movimentações trazem o fluxo declarado dentro do prazo com competência. Os arquivos de envios fora do prazo trazem as movimentações declaradas fora do prazo com competência de declaração. Enquanto os arquivos de exclusões trazem as movimentações excluídas com competência de declaração da exclusão. Desta forma, a exclusão de uma admissão causa uma redução no saldo, e a exclusão de um desligamento causa uma elevação do saldo.



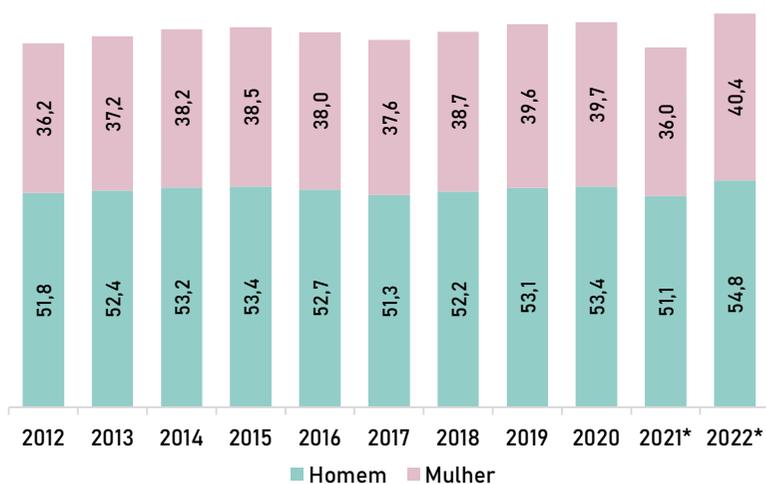
3. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO – BRASIL, GRANDES REGIÕES E UF_s



3.1. MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO

3.1.1. Ocupação

Gráfico 1 – Pessoas ocupadas (em milhões), por sexo, no Brasil, de 2012 a 2022

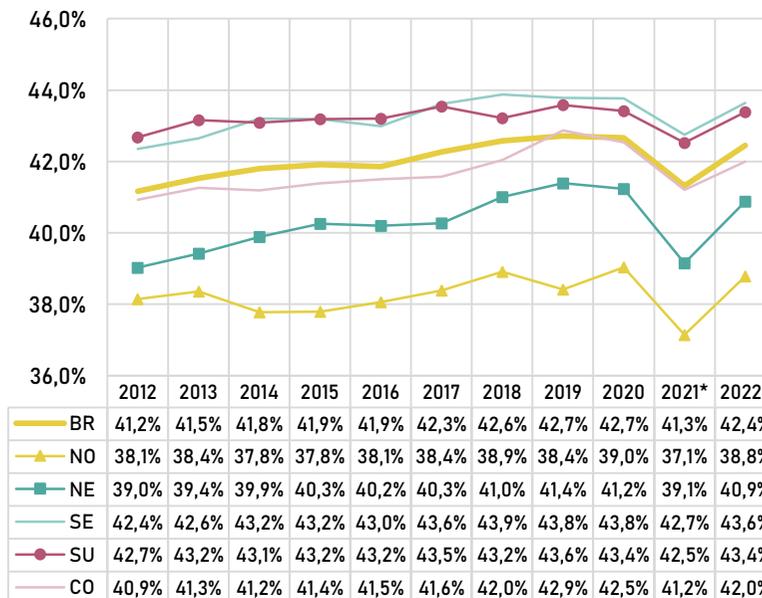


Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Gráfico 2 – Participação feminina na população ocupada (%), no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

No Brasil, as mulheres são maioria na População em Idade Ativa (51,7% em 2022), porém se verifica menor representatividade delas na População Ocupada em comparação aos homens no período de 2012 a 2022 (**Gráfico 1**). Entre as regiões brasileiras, a população ocupada feminina mostrou-se mais presente no Sudeste e no Sul (**Gráfico 2**).

Por outro lado, houve sensível aumento da participação feminina no total de ocupados em todo o período analisado: entre 2012 e 2022, a participação das mulheres ocupadas avançou de 41,2% (36,2 milhões) para 42,4% (40,4 milhões) (**Gráfico 1 e 2**).



Entre 2012 e 2022, a distribuição quanto ao gênero feminino na ocupação se tornou menos desigual quando comparado ao sexo masculino na maioria das UFs, exceto em Amapá (-1,1 ponto percentual), Roraima (-0,6 p.p.), Paraíba (-0,5 p.p.) e Pará (-0,1 p.p.). No Maranhão, houve aumento de 1,4 p.p. da participação feminina no mesmo período, assinalando o oitavo maior crescimento em relação às demais UFs (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Distribuição da ocupação por sexo (%) em 2012 e 2022, ranking em 2022 e variação entre 2012 e 2022, no Brasil e nas UFs

Brasil e UF	2012		2022*		Ranking 2022 (Mulher)	Variação entre 2012 e 2022 em p.p. (Mulher)	Ranking das maiores variações
	Mulher	Homem	Mulher	Homem			
Brasil	41,2%	58,8%	42,4%	57,6%	-	+1,3	-
Distrito Federal	45,0%	55,0%	46,3%	53,7%	1º	+1,3	11º
São Paulo	42,7%	57,3%	44,4%	55,6%	2º	+1,7	7º
Rio Grande do Sul	43,5%	56,5%	43,9%	56,1%	3º	+0,4	20º
Rio de Janeiro	42,8%	57,2%	43,8%	56,2%	4º	+1,0	16º
Santa Catarina	43,0%	57,0%	43,4%	56,6%	5º	+0,4	21º
Paraná	41,7%	58,3%	42,9%	57,1%	6º	+1,2	13º
Ceará	39,4%	60,6%	42,2%	57,8%	7º	+2,8	3º
Minas Gerais	41,5%	58,5%	42,2%	57,8%	8º	+0,7	18º
Goiás	40,8%	59,2%	41,9%	58,1%	9º	+1,1	14º
Piauí	40,6%	59,4%	41,8%	58,2%	10º	+1,2	12º
Rio Grande do Norte	37,4%	62,6%	41,8%	58,2%	11º	+4,4	2º
Espírito Santo	40,7%	59,3%	41,7%	58,3%	12º	+1,0	17º
Mato Grosso do Sul	40,8%	59,2%	41,5%	58,5%	13º	+0,7	19º
Amazonas	38,5%	61,5%	41,3%	58,7%	14º	+2,8	4º
Pernambuco	39,3%	60,7%	41,3%	58,7%	15º	+1,9	5º
Bahia	39,8%	60,2%	40,9%	59,1%	16º	+1,0	15º
Sergipe	39,0%	61,0%	40,7%	59,3%	17º	+1,7	6º
Acre	40,5%	59,5%	40,7%	59,3%	18º	+0,2	22º
Alagoas	34,8%	65,1%	40,2%	59,8%	19º	+5,4	1º
Roraima	40,2%	59,8%	39,6%	60,4%	20º	-0,6	26º
Maranhão	38,1%	61,9%	39,5%	60,5%	21º	+1,4	8º
Tocantins	37,9%	62,1%	39,2%	60,8%	22º	+1,3	9º
Mato Grosso	37,6%	62,4%	38,9%	61,1%	23º	+1,3	10º
Amapá	39,9%	60,1%	38,9%	61,1%	24º	-1,1	27º
Rondônia	38,0%	62,0%	38,0%	62,0%	25º	+0,1	23º
Paraíba	38,5%	61,5%	38,0%	62,0%	26º	-0,5	25º
Pará	37,6%	62,4%	37,5%	62,5%	27º	-0,1	24º

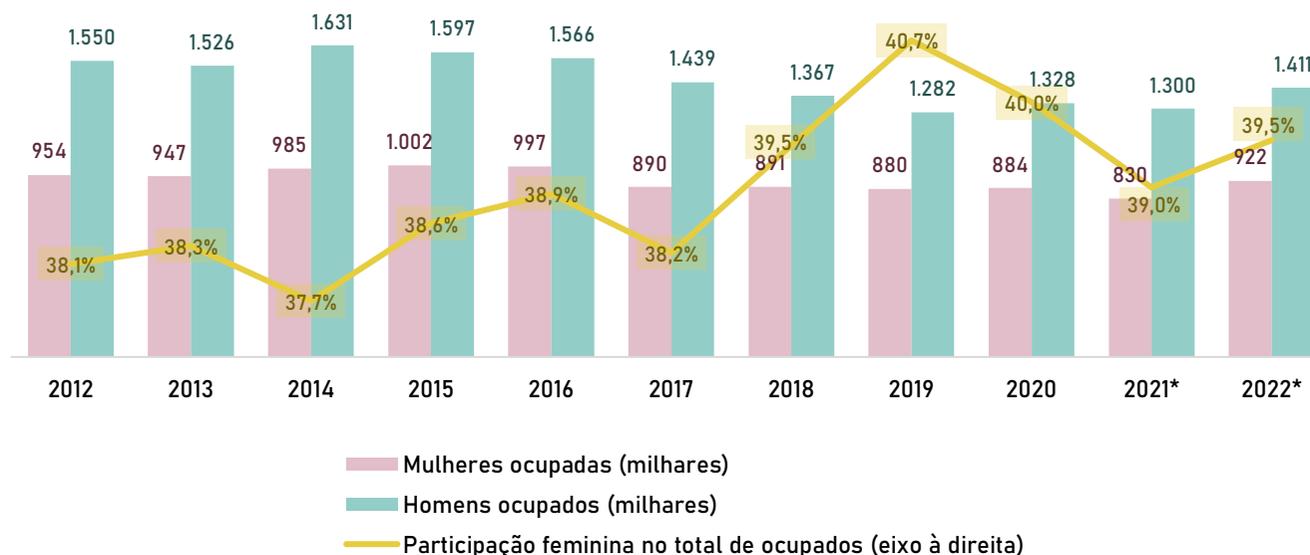
Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela



Gráfico 3 – Pessoas ocupadas (em milhares), por sexo, e participação feminina na população ocupada (%), no Maranhão, de 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Apesar do aumento da participação feminina maranhense na população ocupada, observa-se que houve redução no quantitativo de mulheres ocupadas entre 2012 (954 mil) e 2022 (922 mil). Entretanto, essa queda não foi linear, alcançando seu ponto máximo em 2015 (1.002 mil) e o mais baixo, em 2021 (830 mil), reflexo dos efeitos adversos da pandemia. Em 2022, houve uma recuperação considerável em comparação ao ano anterior, com 92 mil mulheres ocupadas a mais (**Gráfico 3**).

O aumento da participação feminina maranhense na população ocupada não se deu de forma linear, alcançando seu ponto máximo em 2015 (40,7%). Em 2022, o percentual de mulheres maranhenses ocupadas foi o terceiro maior (39,5%), considerando o período de 2012 a 2022 (**Gráfico 3**).



Tabela 2 – Quantidade de pessoas ocupadas (em milhares), variação relativa (%) e distribuição (%), por grupamento de atividade e sexo, no Maranhão, em 2012 e 2022

Grupamento de atividade	Ocupação (milhares)				Variação de		Distribuição da ocupação (%)			
	2012		2022*		2012 a 2022* (%)		2012		2022*	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	1.550	954	1.411	922	-9,0%	-3,3%	61,9%	38,1%	60,5%	39,5%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	270	192	336	232	+24,5%	+20,9%	58,4%	41,6%	59,1%	40,9%
Educação, saúde humana e serviços sociais	56	170	85	229	+52,7%	+34,6%	24,8%	75,2%	27,2%	72,8%
Serviços domésticos	5	146	9	125	+77,4%	-14,3%	3,3%	96,7%	6,6%	93,4%
Alojamento e alimentação	33	47	55	75	+67,6%	+59,2%	41,3%	58,8%	42,5%	57,5%
Outros Serviços ³	41	41	57	56	+39,2%	+36,2%	50,0%	50,0%	50,5%	49,5%
Administração pública, defesa e seguridade social	80	77	78	55	-2,2%	-28,5%	51,0%	49,0%	58,7%	41,3%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	562	189	277	53	-50,7%	-71,7%	74,8%	25,2%	83,8%	16,2%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	73	38	96	48	+31,0%	+27,1%	65,8%	34,2%	66,5%	33,5%
Indústria geral	105	42	100	40	-5,2%	-5,5%	71,4%	28,6%	71,5%	28,5%
Transporte, armazenagem e correio	85	7	97	7	+14,6%	-4,1%	92,4%	7,6%	93,5%	6,5%
Construção	240	5	220	2	-8,4%	-58,8%	98,0%	2,0%	99,1%	0,9%

Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Ao analisar a ocupação do sexo feminino por grupamento de atividades no Maranhão, verifica-se que as atividades em que as mulheres exibiram participações superiores aos homens foram: serviços domésticos (93,4%); educação, saúde humana e serviços sociais (72,8%); e alojamento e alimentação (57,5%). As atividades com maior participação das mulheres no mercado de trabalho são também as atividades domésticas com maior dedicação das mulheres: no Brasil, as mulheres ocupadas gastavam, em média, 18,5 horas por semana com afazeres domésticos e/ou com cuidados de pessoas, enquanto os homens gastavam uma média de 10,4 horas por semana com essas mesmas atividades, em 2019 (“Outras formas de trabalho”, PNADC 2019).

Os grupamentos de atividades em que a ocupação mais cresceu para as mulheres maranhenses⁴ foram: alojamento e alimentação (+59,2%) e educação, saúde humana e serviços sociais (+34,6%). As maiores quedas foram observadas nos setores de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-71,7%) e construção (-58,8%) (Tabela 2).

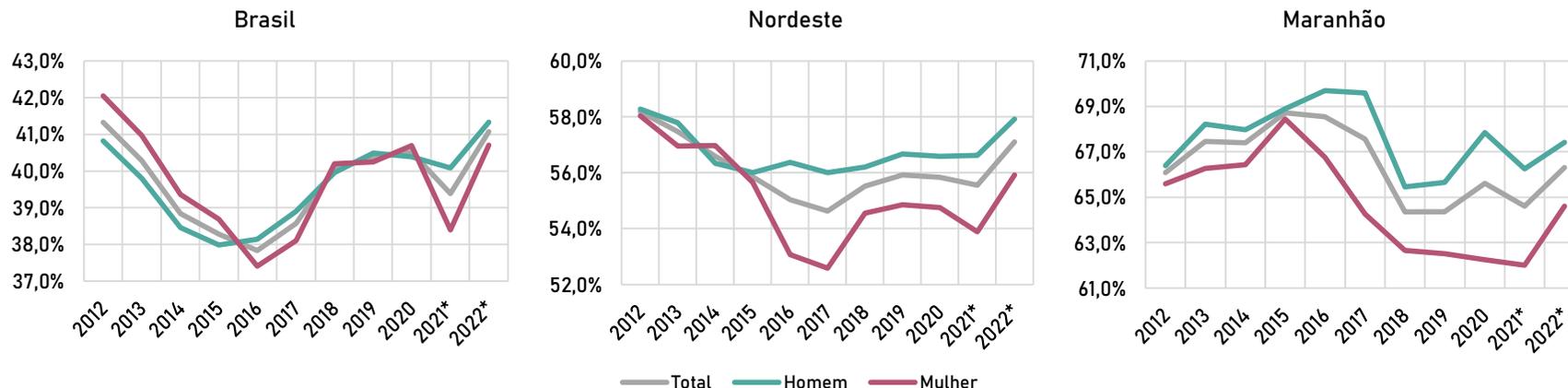
³ O grupamento Outros Serviços é composto das atividades “Artes, cultura, esporte e recreação”, “Outras atividades de serviços” e “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais”.

⁴ No Brasil, as mulheres ocupadas gastavam, em média, 18,5 horas por semana com afazeres domésticos e/ou com cuidados de pessoas, enquanto os homens gastavam uma média de 10,4 horas por semana com essas mesmas atividades, em 2019 (“Outras formas de trabalho”, PNADC 2019).



3.1.2. Grau de formalização da ocupação

Gráfico 4 – Taxa de informalidade, por sexo, no Brasil, no Nordeste e no Maranhão (%) – 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

De modo geral, não houve grande diferença na taxa de informalidade entre homens e mulheres no Brasil no período analisado. No primeiro tri/22, a taxa de informalidade entre as mulheres era de 40,7% e entre homens era de 41,3%, no Brasil. No Nordeste, a diferença se amplia a partir de 2016, com as mulheres mantendo uma taxa de informalidade inferior à masculina até o ano de 2022: no primeiro tri/22, as mulheres apresentaram taxa de informalidade de 55,9% e os homens de 57,9% (**Gráfico 4**).

No Maranhão, a taxa de informalidade está em redução desde o ano de 2015 e com maior intensidade entre as mulheres que chegou no seu valor mínimo em 2021 (62,0%) explicado, parcialmente, pelas mudanças ocorridas na composição da ocupação por grupamento de atividade, como será visto mais adiante. Ademais, em todo o período analisado, a taxa de informalidade feminina é menor em comparação a dos homens.



Tabela 3 – Taxa de informalidade por grupamento de atividade e por sexo, no Maranhão, em 2012 e 2022

Grupamento de atividade	Taxa de informalidade (%)						Ranking maiores percentuais para Mulher em 2022*	Diferencial entre sexos (p.p.)	
	2012 Maranhão			2022* Maranhão				2012	2022
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher			
Total	66,1	66,4	65,6	66,3	67,4	64,6	-	-0,8	-2,8
Serviços domésticos	86,6	85,6	89,5	91,2	88,7	91,3	1º	3,9	2,7
Outros Serviços	50,0	41,0	72,5	86,1	82,9	89,4	2º	31,5	6,5
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	67,1	67,6	41,8	85,5	84,9	88,6	3º	-25,8	3,7
Alojamento e alimentação	63,7	60,7	67,8	80,8	81,4	80,4	4º	7,1	-1,0
Indústria geral	67,0	68,3	51,2	58,4	50,9	77,4	5º	-17,1	26,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	71,5	70,8	72,0	64,7	63,3	66,6	6º	1,2	3,3
Construção	31,8	29,0	37,2	80,0	80,3	51,4	7º	8,3	-28,8
Administração pública, defesa e seguridade social	31,2	30,2	32,3	45,1	41,7	49,9	8º	2,1	8,1
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	32,9	29,9	33,9	38,1	37,5	39,3	9º	4,0	1,8
Educação, saúde humana e serviços sociais	80,3	78,0	82,6	40,7	45,6	38,8	10º	4,6	-6,8
Transporte, armazenagem e correio	85,4	62,5	86,3	67,6	69,9	34,5	11º	23,8	-35,3

Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Através da taxa de informalidade por grupamento de atividades, é possível verificar quais áreas apresentam maior grau de formalização. No Maranhão, as mulheres apresentaram redução da taxa de informalidade entre 2012 e 2022 (de 65,6% para 64,6%), enquanto os homens apresentaram elevação nesse quesito (de 66,4% para 67,4%) (**Tabela 3**).

A redução da taxa de informalidade feminina pode estar atrelada ao aumento do número de mulheres trabalhando no grupo de atividades de educação, saúde e serviços sociais (+59 mil), que apresenta a segunda menor taxa de informalidade, acompanhado de uma diminuição no número de mulheres trabalhando em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-136 mil), que, por sua vez, é o terceiro grupamento de maior informalidade (**Tabela 2** e **Tabela 3**).

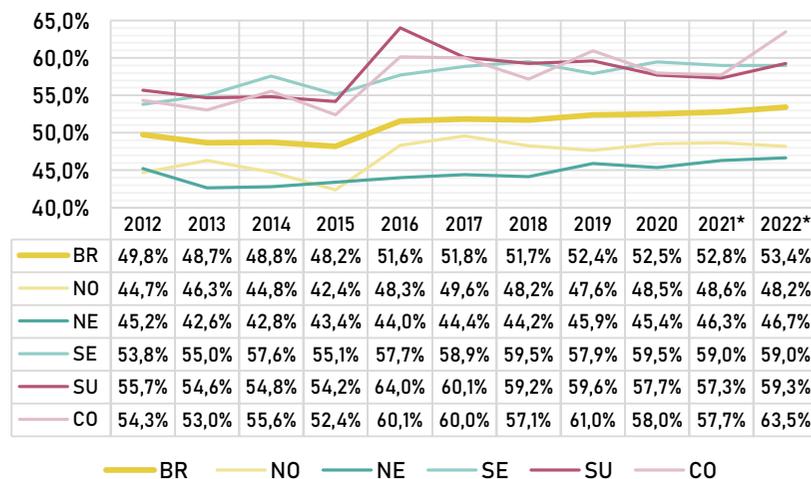
Em 2022, as maiores taxas de informalidade para as mulheres ocupadas no Maranhão foram verificadas nas atividades de serviços domésticos (91,3%), outros serviços⁴ (89,4%) e em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (88,6%). Essas atividades são tradicionalmente informais, caracterizadas pela baixa escolaridade e menor renda.

⁵ O grupamento "Outros Serviços" é composto das atividades "Artes, cultura, esporte e recreação", "Outras atividades de serviços" e "Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais".



3.1.3. Subocupação

Gráfico 5 – Participação feminina na subocupação, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022

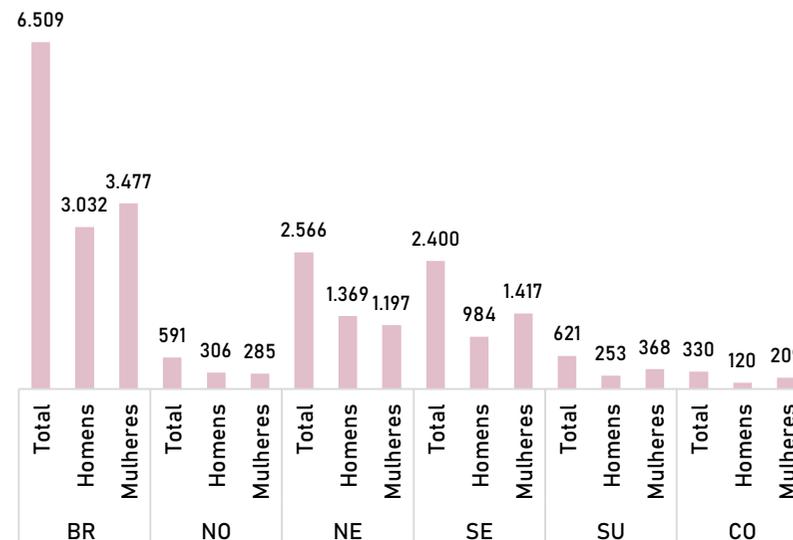


Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Gráfico 6 – Pessoas subocupadas (em milhares), por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de 2022

* Os dados de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Dentro do grupo das pessoas ocupadas, há aquelas que são consideradas subocupadas, isto é, têm uma jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, que estavam disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas. De acordo com o **Gráfico 5**, constatou-se um aumento na participação de mulheres dentro desse grupo no Brasil, saindo de 49,8% em 2012 para 53,4% em 2022.

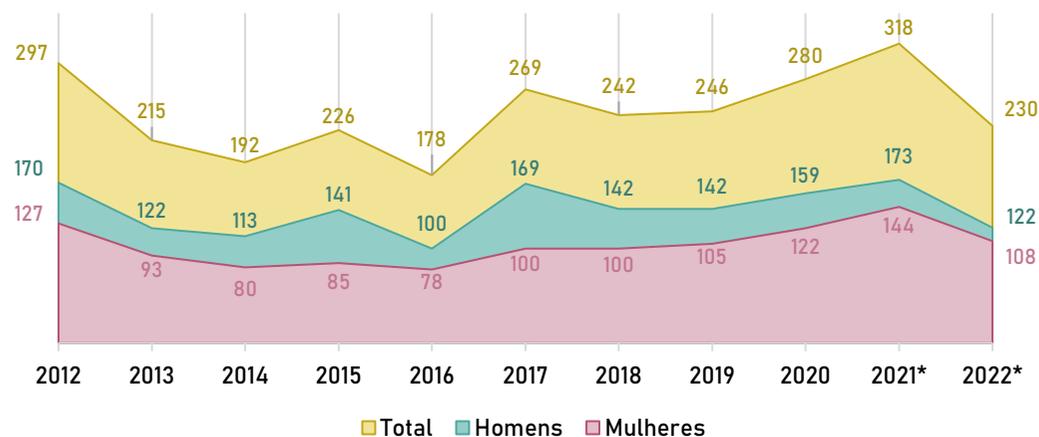
Entre as regiões brasileiras, destaca-se que a subocupação feminina ocorre em maior proporção no Centro-Oeste (63,5%), Sul (59,3%) e Sudeste (59%). Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste, a maioria das pessoas subocupadas são do sexo masculino (**Gráfico 5 e Gráfico 6**).

Assim, observa-se que no país houve expansão da participação feminina em posição de subocupação entre 2012 e 2022, significando que mais mulheres conseguiram voltar ou se inserir na força de trabalho, mas não encontraram uma vaga para preencher todo o tempo que gostariam de trabalhar.



No Maranhão, a quantidade de mulheres subocupadas alcançou o menor valor em 2016 (78 mil) com crescimento constante até alcançar o pico de 144 mil em 2021. Após esse ano, houve nova redução, chegando a 108 mil em 2022. Por outro lado, no Maranhão, os homens são a maior parte dos subocupados (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 – Pessoas subocupadas (em milhares), por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

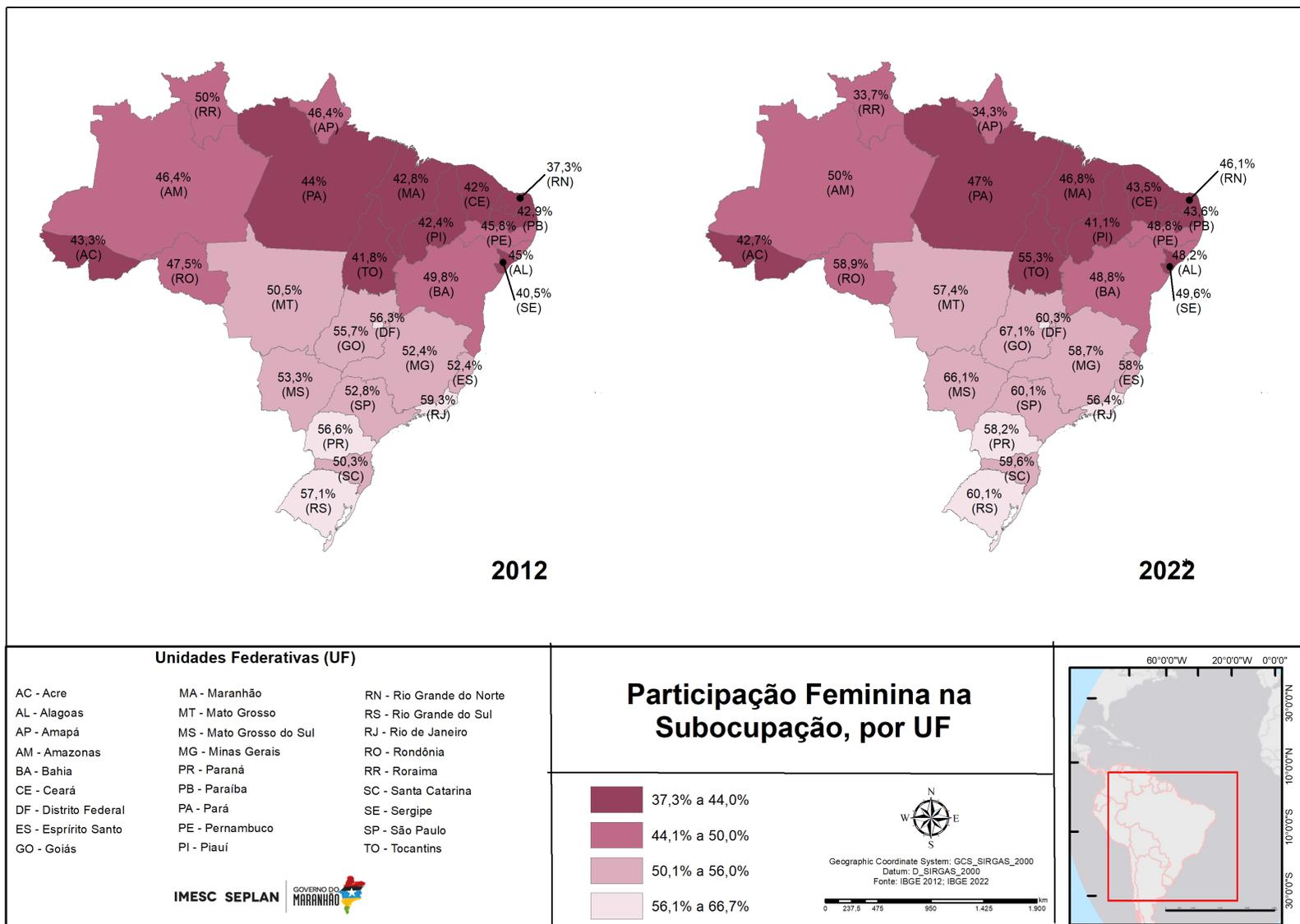
* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

As UFs em que se constataram maiores participações da mulher no total de subocupados, em 2022, foram Goiás (67,1%), Mato Grosso do Sul (66,1%) e Distrito Federal (60,3%). Apesar desses três estados apresentarem as maiores parcelas, Tocantins foi a UF com maior salto desse indicador entre 2012 e 2022, aumentando 13,5 pontos percentuais (**Mapa 1**).

O Maranhão foi um dos estados que apresentou menor variação na subocupação feminina, com +4,1 p.p. entre 2012 e 2022.



Mapa 1 – Participação feminina na subocupação, nas UFs, em 2012 e 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para o ano de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela



3.1.4. Taxa de desocupação

Gráfico 8 – Taxa de desocupação da população em idade ativa (%), por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

A taxa de desocupação da população feminina no Brasil foi 10,5%, em 2012, e finalizou a série com 13,7%, em 2022. Verificou-se grande aumento nesse indicador para ambos os sexos no Brasil e regiões entre os anos de 2015 e 2017, quando sentiram fortemente os efeitos da crise econômica nacional, e em 2021 devido principalmente aos efeitos da crise sanitária sobre a economia.

Historicamente, as regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de desocupação para ambos os sexos, enquanto o Sul apresentou as menores. Observou-se também que a taxa de desocupação é maior para as mulheres em comparação aos homens, tanto no Brasil como em suas regiões, ao longo de todo o período analisado (Gráfico 8).



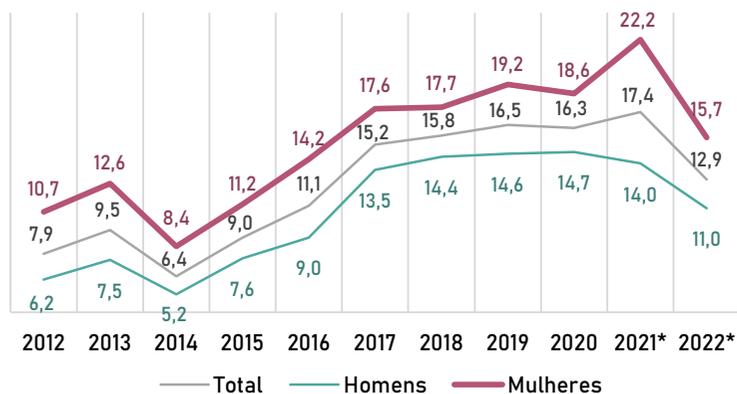
Assim como nas regiões, a taxa de desocupação feminina foi maior que a masculina em todas as UFs (**Tabela 4**).

Observou-se um aumento na taxa de desocupação das mulheres na maioria das UFs entre 2012 e 2022, exceto em Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima. Os maiores aumentos foram registrados em Pernambuco (+8,2 p.p.), Rio de Janeiro (+7,0 p.p.) e Acre (+5,9 p.p.).

As UFs com maiores taxas de desocupação feminina em 2022 foram Bahia (21,5%), Pernambuco (21,3%) e Sergipe (18,9%). Já as de menor percentual foram Santa Catarina (5,8%), Mato Grosso (8,2%) e Mato Grosso do Sul (8,7%).

No Maranhão, a menor taxa de desocupação feminina foi verificada em 2014 (8,4%) e atingiu o maior nível da série em 2021 (22,2%), seguido de uma queda brusca em 2022 (15,7%) (**Gráfico 9**).

Gráfico 9 – Taxa de desocupação da população em idade ativa (%), por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Tabela 4 – Taxa de desocupação da população em idade ativa (%), por sexo, no Brasil e nas UFs, em 2012 e em 2022

Brasil e UF	2012		2022*		Ranking 2022 (Mulher)	Variação entre 2012 e 2022 em p.p. (Mulher)	Ranking das maiores variações
	Homem	Mulher	Homem	Mulher			
Brasil	6,2%	10,5%	9,1%	13,7%	-	+3,2	-
Bahia	8,8%	15,7%	14,7%	21,5%	1	+5,8	4
Pernambuco	7,1%	13,1%	13,8%	21,3%	2	+8,2	1
Sergipe	8,2%	13,8%	12,0%	18,9%	3	+5,1	6
Paraíba	7,4%	13,8%	11,5%	18,5%	4	+4,7	9
Alagoas	8,0%	16,8%	11,1%	18,3%	5	+1,5	19
Acre	7,2%	12,1%	12,6%	18,0%	6	+5,9	3
Rio de Janeiro	6,7%	10,9%	12,4%	17,9%	7	+7,0	2
Amapá	10,4%	15,8%	12,3%	17,1%	8	+1,3	20
Pará	5,7%	11,6%	9,1%	16,9%	9	+5,3	5
Amazonas	8,8%	14,5%	10,2%	16,8%	10	+2,3	16
Rio Grande do Norte	9,7%	14,6%	12,4%	16,5%	11	+1,9	18
Maranhão	6,2%	10,7%	11,0%	15,7%	12	+5,0	7
Distrito Federal	6,7%	11,2%	11,3%	14,0%	14	+2,8	13
Piauí	6,7%	9,1%	11,1%	14,0%	13	+4,9	8
São Paulo	6,3%	9,8%	9,0%	13,0%	15	+3,2	11
Ceará	6,2%	8,9%	9,9%	12,5%	16	+3,6	10
Tocantins	7,6%	9,8%	7,2%	12,3%	17	+2,5	14
Espírito Santo	6,1%	9,8%	7,0%	12,1%	18	+2,3	17
Roraima	6,2%	11,8%	6,9%	11,6%	19	-0,2	24
Minas Gerais	5,9%	10,5%	7,7%	11,4%	20	+0,9	21
Goiás	4,5%	8,9%	7,0%	11,3%	21	+2,4	15
Rio Grande do Sul	4,1%	6,9%	5,6%	9,7%	22	+2,8	12
Rondônia	5,8%	11,6%	5,2%	9,6%	23	-2,0	27
Paraná	4,0%	7,9%	5,3%	8,8%	24	+0,9	22
Mato Grosso do Sul	6,1%	9,6%	4,9%	8,7%	25	-0,9	25
Mato Grosso	4,8%	9,5%	3,4%	8,2%	26	-1,3	26
Santa Catarina	3,1%	5,5%	3,5%	5,8%	27	+0,3	23

Fonte: IBGE/PNADCT

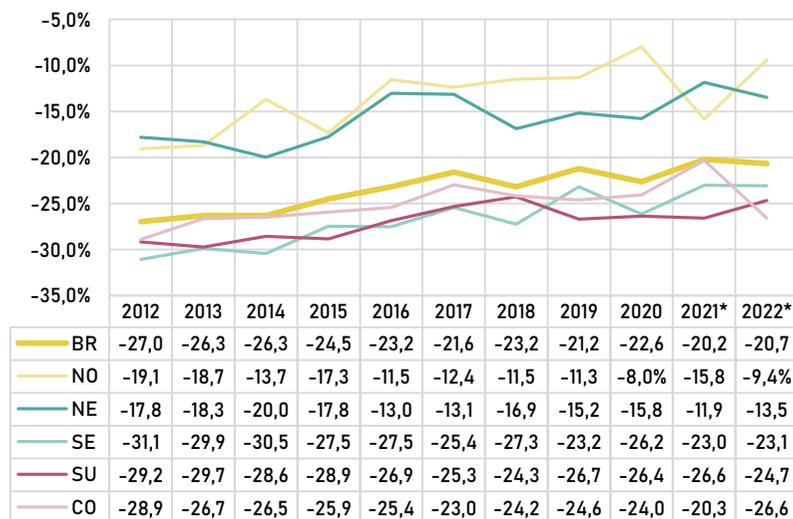
Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela



3.1.5. Diferencial de rendimento do trabalho principal entre gêneros

Gráfico 10 – Diferencial de rendimento médio real habitual do trabalho principal entre homens e mulheres, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022

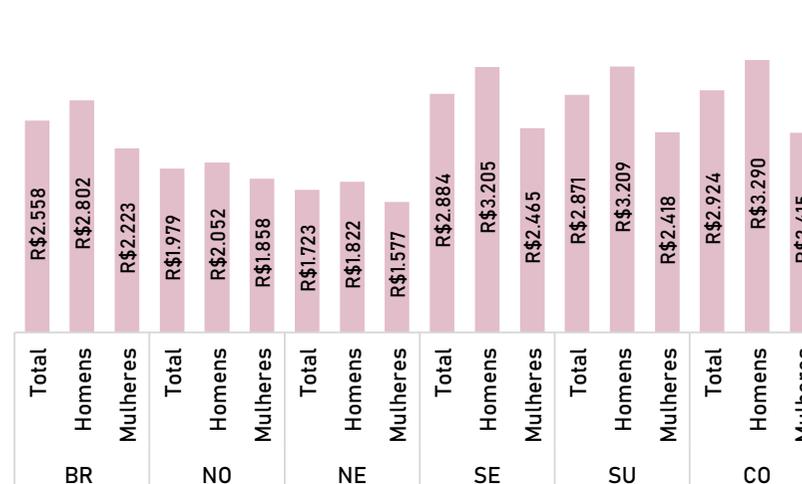


Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano.

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Gráfico 11 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal, por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2022*



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano.

* Os dados de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Entre 2012 e 2022, houve uma redução da disparidade de renda entre gêneros no Brasil: em 2012, as mulheres ganhavam 27% a menos em relação aos homens; e em 2022, esse diferencial foi para 20,7% (**Gráfico 10**).

Entre as regiões brasileiras, o Norte apresenta as menores taxas de desigualdade de rendimento em 2022 (-9,4%). Em paralelo, o Centro-Oeste contempla a maior diferença neste indicador, encerrando a série com as mulheres recebendo 26,6% a menos (**Gráfico 11**). Em termos de rendimento médio, as mulheres recebem o menor valor na Região Nordeste (R\$ 1.577,00), enquanto o Sudeste apresenta o maior rendimento médio do país, sendo R\$ 2.465,00 (**Gráfico 10**). Em termos



Entre as Unidades Federativas, apesar da redução na maioria dos estados, a diferença neste indicador continua em patamar elevado. O Amazonas (-15,4 p.p.), Acre (-13,3 p.p.) e Rio de Janeiro (-12,5 p.p.) foram os estados que mais reduziram a diferença; e o Rio Grande do Norte (+3,2 p.p.) e Pernambuco (+2,8 p.p.) elevaram a desigualdade salarial entre gêneros para o mesmo período (**Mapa 2**).

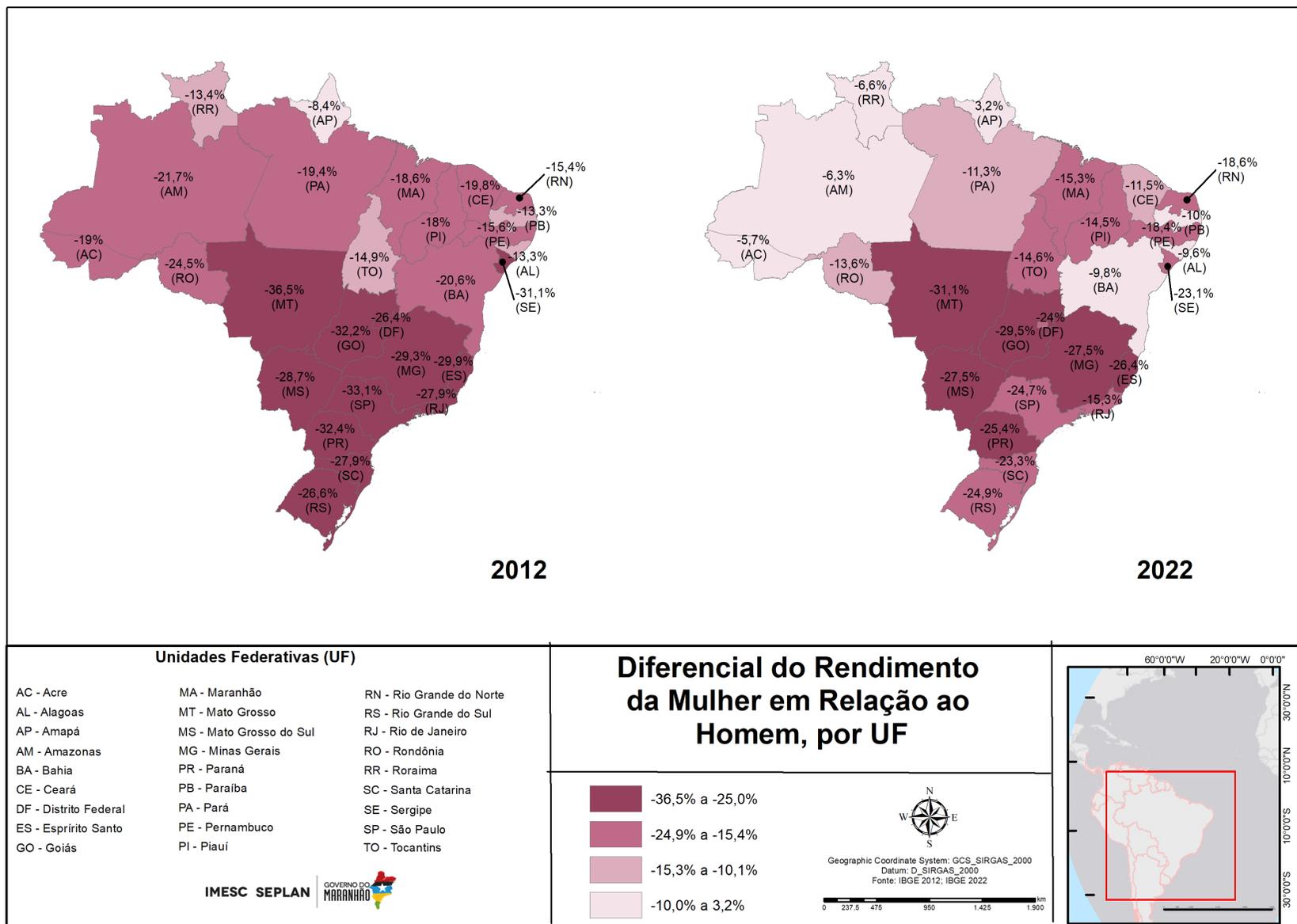
Em 2012, o rendimento médio nacional das mulheres foi 27% menor do que dos homens. Naquele ano, 17 estados brasileiros apresentavam uma diferença de rendimento masculino e feminino inferior à média nacional, entre eles: Amapá (-8,4%), Alagoas (-13,3%) e Paraíba(-13,3). O estado mais desigual, no quesito rendimento médio, foi o Mato Grosso, no qual mulheres recebiam 36,5% a menos que os homens.

Em 2022, o rendimento feminino no país foi 20,7% inferior ao masculino. Nas UFs também se observa uma queda nesse diferencial de rendimento, porém com menos estados abaixo da média nacional, como Amapá (3,2%), Acre (-5,7%) e Amazonas (-6,3%). Apesar da redução nesse indicador, Mato Grosso continua sendo o estado mais desigual, com rendimento feminino 31,1% inferior ao masculino.





Mapa 2 – Diferença percentual de rendimento médio entre homens e mulheres, nas UFs, em 2012 e 2022*



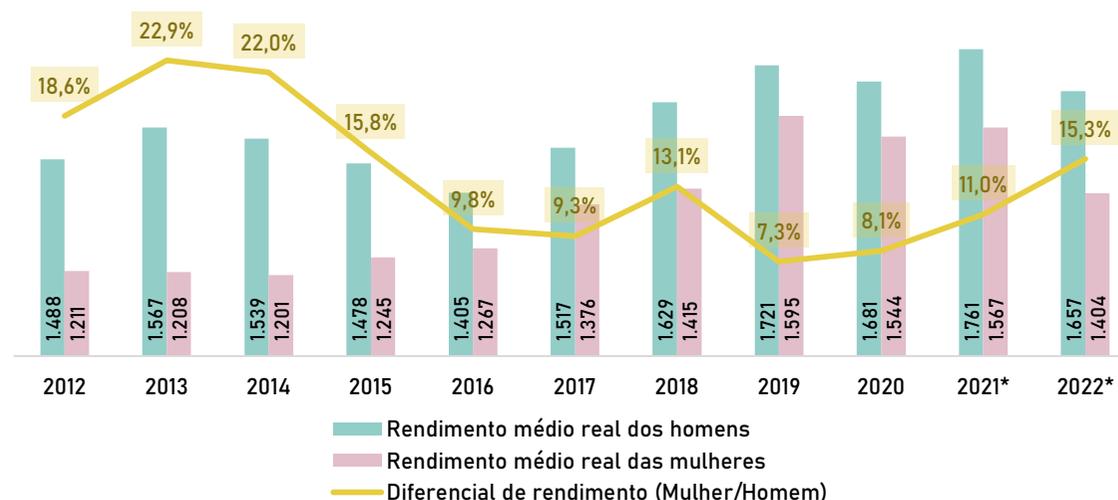
Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela



Gráfico 12 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal e diferença percentual de rendimento médio, entre homens e mulheres, no Maranhão, em 2012 e 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

O estado do Maranhão apresenta redução na disparidade salarial entre mulheres e homens: em 2012, sai de 18,6% para 15,3% em 2022 (**Gráfico 12**). Além disso, o Maranhão também apresenta uma das menores taxas de desigualdade quanto ao rendimento de homens e mulheres dentre as UFs.

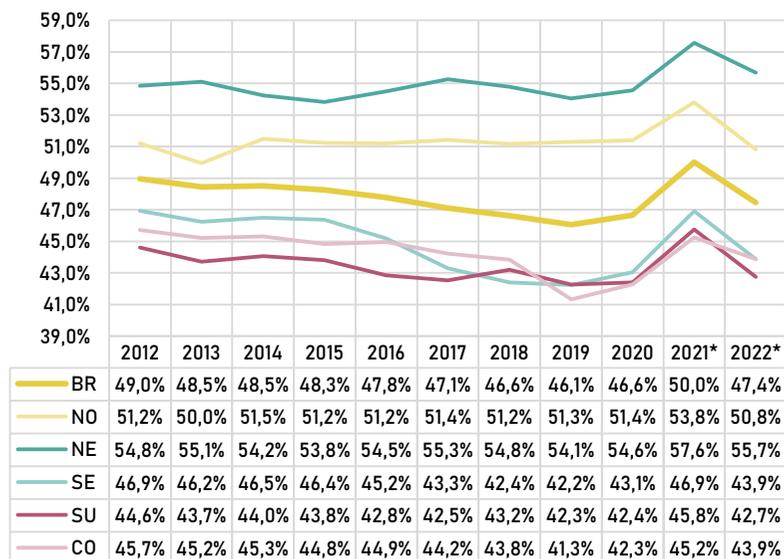
A maior desigualdade foi observada em 2013 quando as mulheres recebiam 22,9% a menos que os homens. Naquele ano, o rendimento médio dos homens foi de R\$ 1.567,00 e das mulheres de apenas R\$ 1.208,00. Em 2019, por sua vez, foi registrado o melhor resultado: os homens recebiam R\$ 1.721,00, e as mulheres, R\$ 1.595, ou seja, 7,3% a menos (**Gráfico 12**).

Em geral, o rendimento das mulheres ainda é inferior ao dos homens em todo o país. Isso afeta a oferta de mão de obra feminina no mercado de trabalho e compromete a renda familiar, principalmente, nas famílias chefiadas por mulheres. De acordo com o Observatório do Trabalho de Minas Gerais (2022), os homens ganham maiores rendimentos em relação às mulheres, independentemente de fatores como idade, nível educacional, do tipo de emprego e tamanho da empresa. Todavia, o aumento da escolaridade das mulheres vem contribuindo para a redução dessa disparidade.



3.2. Mulheres fora da força de trabalho

Gráfico 13 – Mulheres em idade ativa fora da força de trabalho (%), no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2022

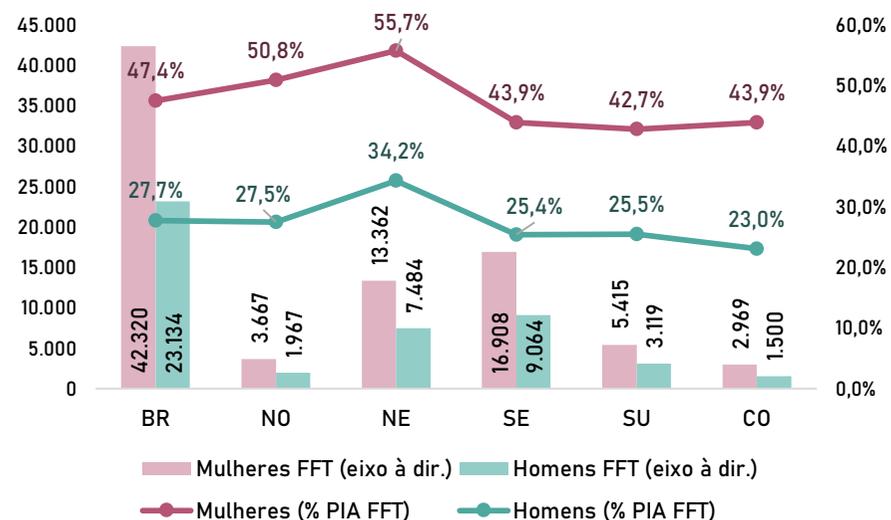


Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Gráfico 14 – População fora da força de trabalho (em milhares) e em relação ao total da PIA (%), por sexo, no Brasil e nas Grandes Regiões, em 2022*

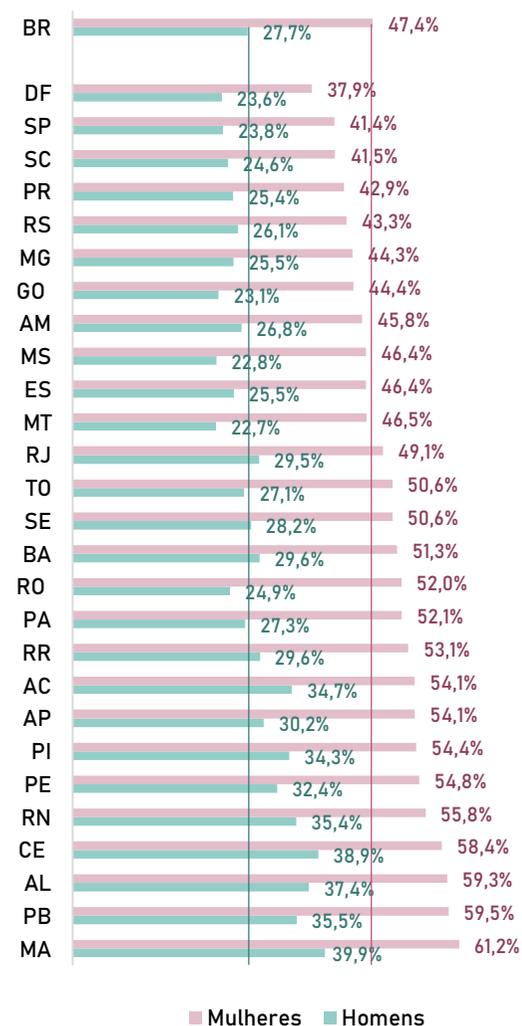


Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para o ano de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

No Brasil, é observada uma constante redução das mulheres fora da força de trabalho até o ano de 2019, tendência que é interrompida durante a pandemia, mas volta à redução em 2022 (**Gráfico 13**). A região Nordeste apresenta, em toda a série, o maior percentual de mulheres fora da força de trabalho, com pico de 57,6% em 2021, chegando a 2022 com 55,7%, enquanto o Sul apresenta os menores percentuais, encerrando 2022 com 42,7% (**Gráfico 14**).

**Gráfico 15 – Mulheres em idade ativa fora da força de trabalho (%), no Brasil e nas UFs, em 2022***

Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano.

* Os dados para o ano de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

Em 2022, todos os estados brasileiros apresentaram o quantitativo de mulheres fora da força de trabalho superior aos homens (**Gráfico 15**).

Ao todo, foram 11 estados brasileiros com resultados melhores que o do Brasil (47,4%): Distrito Federal (37,9%); São Paulo (41,4%); Santa Catarina (41,5%), Paraná (42,9%); Rio Grande do Sul (43,3%); Minas Gerais (44,3%); Goiás (44,4%); Amazonas (45,8%); Mato Grosso do Sul (46,4%); Espírito Santo (46,4%); e Mato Grosso (46,5%).

Dentre os motivos que podem explicar o elevado percentual de mulheres em idade ativa fora da força de trabalho no país, o IBGE destaca os seguintes: dedicação aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos ou outros parentes; considerar-se muito jovem ou muito idosa para trabalhar; problema de saúde ou gravidez; e dedicação aos estudos (**Tabela 5**).

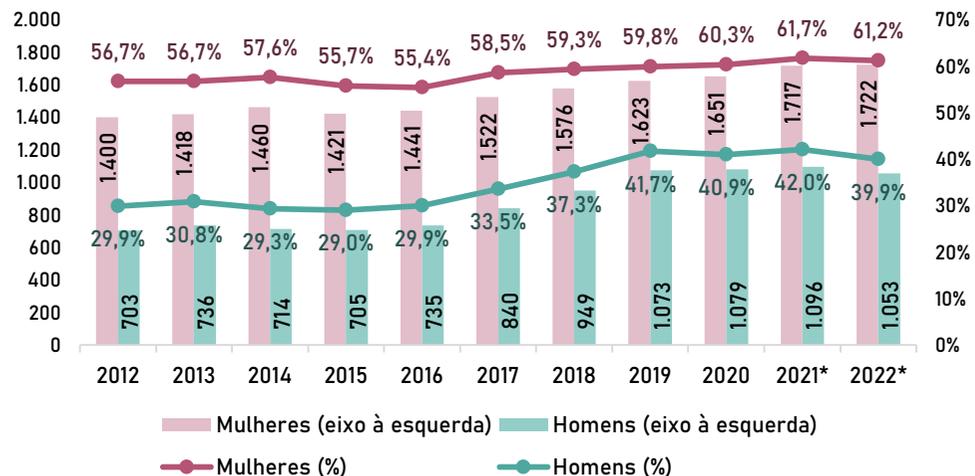
Tabela 5 – Motivos de as mulheres em idade ativa estarem fora da força de trabalho, no Brasil, em 2022*

Motivos das mulheres em idade ativa estarem fora da força de trabalho	
Afazeres domésticos e cuidados de filhos e parentes	30,5%
Por ser muito jovem ou idoso para trabalhar	23,7%
Por problema de saúde ou gravidez	13,8%
Estava estudando	12,4%
Por outro motivo	11,6%
Por não querer trabalhar	7,9%

Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para o ano de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

**Gráfico 16 – População fora da força de trabalho total (em milhares) e em relação ao total da PIA (%), por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022**

A população feminina maranhense fora da força de trabalho no Maranhão chegou a 1,72 milhão no primeiro trimestre de 2022, o que representa 61,2% do total de mulheres da população em idade em ativa (PIA). (Gráfico 16).

Fonte: IBGE/PNADCT

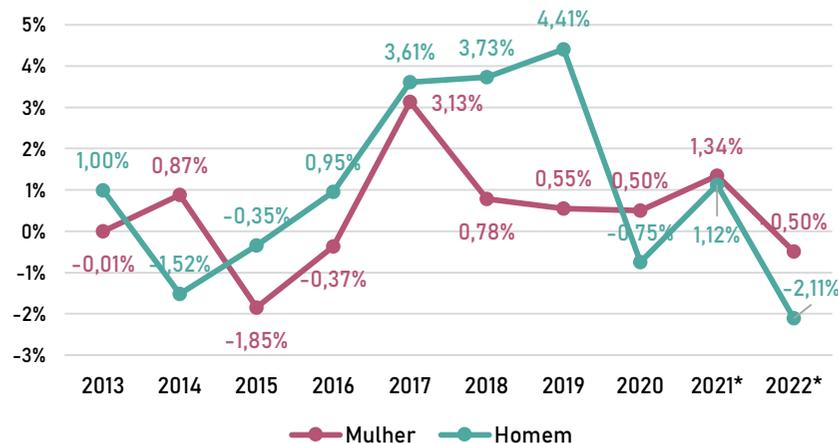
Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

No **Gráfico 17**, verifica-se que, na maioria dos anos analisados, o número de mulheres na PIA fora da força de trabalho cresce em menor ritmo quando comparado aos homens no Maranhão.

Levando em consideração os motivos pelos quais as mulheres maranhenses justificam estarem fora da força de trabalho em 2022, segundo os dados da PNADC trimestral:

- 551 mil (32,0%) mulheres tinham que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes;
- 336,2 mil (19,5%) consideravam-se muito jovens ou muito idosas para trabalhar;
- 320,7 mil mulheres justificaram como outros motivos (18,6%).

Gráfico 17 – Variação anual do percentual da população fora da força de trabalho em relação ao total da PIA, por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2022

Fonte: IBGE/PNADCT

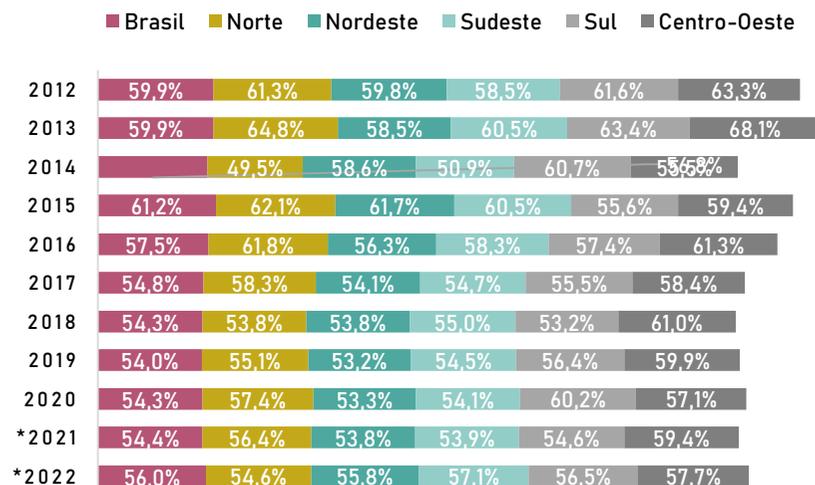
Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela



3.2.1. Desalento

Gráfico 18 – Mulheres em desalento em relação ao total de pessoas em desalento (%), no Brasil e Grandes Regiões, de 2012 a 2022



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

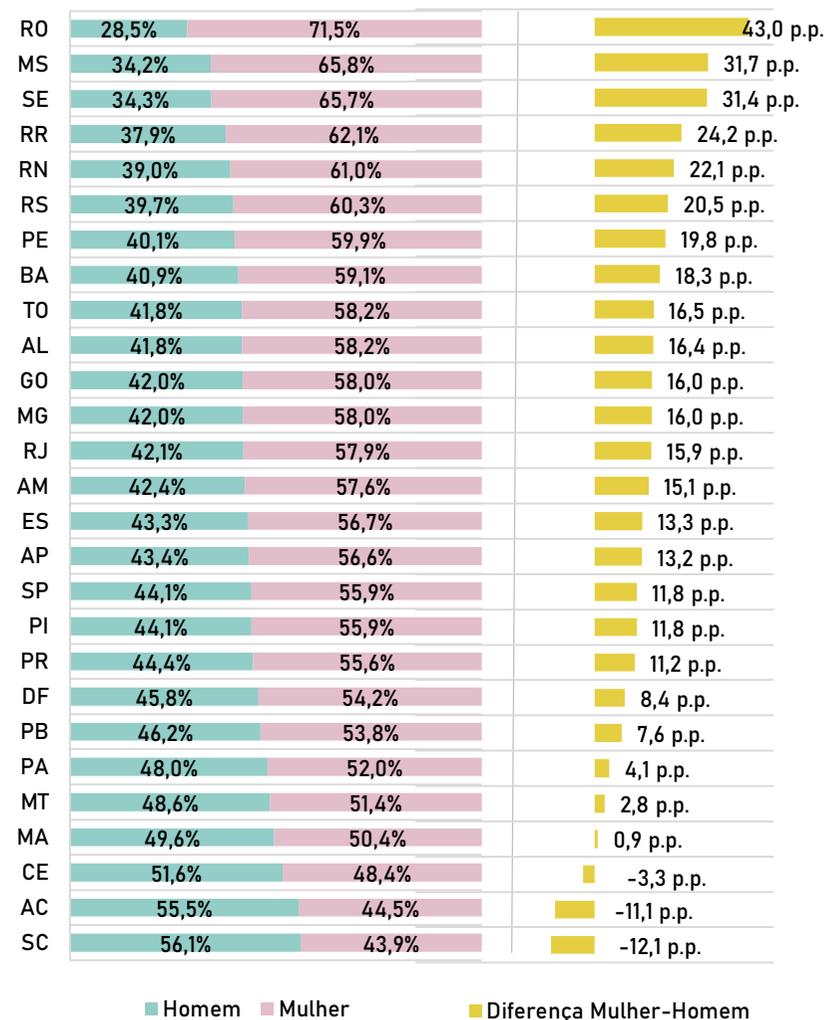
* Os dados para os anos de 2021 e 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

O **Gráfico 18** mostra as características da população desalentada no país e por regiões. Considera-se desalentada a pessoa que desistiu de procurar trabalho. No Brasil, em 2022, verifica-se que 56% das pessoas desalentadas são mulheres. A Região Centro-Oeste apresenta o maior percentual de mulheres em desalento (57,7%), enquanto o Norte exibe o menor percentual desse indicador (54,6%).

No âmbito estadual, Rondônia é o estado com maior percentual de mulheres em situação de desalento, com 71,5%, enquanto Santa Catarina apresenta o menor registro de mulheres nessa condição, com 43,9% (**Gráfico 19**).

No Maranhão, nota-se que 50,4% do total de desalentados são mulheres (253.136). No *ranking* nacional, foi o 4º estado com o menor percentual de mulheres em situação de desalento.

Gráfico 19 – Pessoas em desalento (%), por sexo, e diferença de percentuais entre mulheres e homens, nas UF's, em 2022*



Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para o ano de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela



Tabela 6 – Perfil de homens e mulheres desalentados no Maranhão e de mulheres no Nordeste e Brasil em 2022

Perfil desalentados MA 2022*							NE 2022*	BR 2022*
	Total		Mulheres		Homens		Mulheres	Mulheres
Maranhão	Total	%	Total	%	Total	%	%	%
Desalentados	501.800	100,0	253.136	100,0	248.665	100,0	100,0	100,0
SITUAÇÃO DOMICILIAR								
Urbano	215.917	43,0	110.380	43,6	105.537	42,4	56,1	62,7
Rural	285.883	57,0	142.755	56,4	143.128	57,6	43,9	37,3
COR/RAÇA								
Branca	69.428	13,8	38.086	15,0	31.341	12,6	18,7	23,6
Preta	65.712	13,1	31.891	12,6	33.821	13,6	11,8	10,8
Amarela	3.502	0,7	1.388	0,5	2.114	0,9	0,5	0,6
Parda	359.805	71,7	180.012	71,1	179.793	72,3	68,6	64,4
Indígena	3.353	0,7	1.758	0,7	1.596	0,6	0,5	0,6
FAIXA ETÁRIA								
Até 24 anos	181.016	36,1	90.867	35,9	90.150	36,3	33,0	39,6
25 a 39 anos	180.364	35,9	100.405	39,7	79.959	32,2	34,9	25,0
40 a 49 anos	83.389	16,6	39.616	15,7	43.773	17,6	17,7	12,8
50 a 64 anos	53.505	10,7	21.200	8,4	32.305	13,0	12,5	16,7
65 anos ou mais	3.526	0,7	1.049	0,4	2.478	1,0	1,8	5,9
ESCOLARIDADE								
Sem instrução	37.076	7,4	13.471	5,3	23.605	9,5	5,0	7,3
Fundamental incompleto	174.309	34,7	80.557	31,8	93.752	37,7	33,1	39,7
Fundamental completo	65.755	13,1	30.098	11,9	35.657	14,3	10,8	12,6
Médio incompleto	64.963	12,9	34.342	13,6	30.620	12,3	12,7	11,9
Médio completo	143.332	28,6	83.582	33,0	59.750	24,0	32,5	23,0
Superior incompleto	6.428	1,3	4.638	1,8	1.790	0,7	1,9	2,6
Superior completo	9.937	2,0	6.446	2,5	3.490	1,4	4,0	2,9

Fonte: IBGE/PNADCT

Nota: foram utilizados os dados do primeiro trimestre de cada ano

* Os dados para o ano de 2022 não foram oficialmente divulgados pelo IBGE, portanto devem ser analisados com cautela

No Brasil (62,7%) e Nordeste (56,1%), as mulheres em situação de desalento residem, predominantemente, na zona urbana, enquanto no Maranhão, situam-se na zona rural, chegando a 56,4% (Tabela 6).

Do ponto de vista da cor/raça, as mulheres pardas são a maioria do número de desalentados: 64,4% no Brasil, 68,6% no Nordeste e 71,7% no Maranhão.

No Maranhão, 39,7% das mulheres desalentadas têm idade de 25 a 39 anos. Em relação à escolaridade, 31,8% têm Ensino Fundamental incompleto, e 33% têm médio completo.

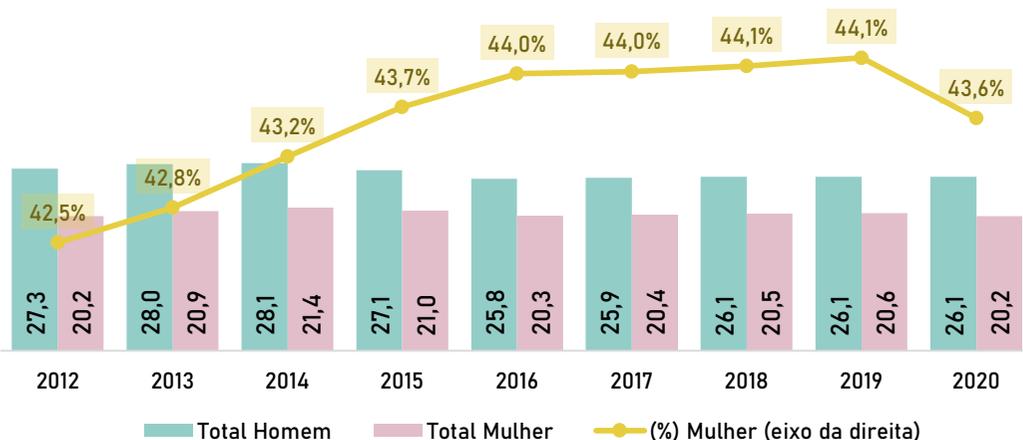


4. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL – BRASIL, GRANDES REGIÕES, UFs, REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO E MUNICÍPIOS MARANHENSES



4.1. Estoque de emprego formal

Gráfico 20 – Estoque de emprego formal (em milhões), por sexo, e participação feminina, no Brasil, em 2012 e 2020



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Tabela 7 – Estoque de emprego formal e distribuição percentual, por sexo, nas Grandes Regiões, em 2012 e 2020

REGIÃO	Estoque de emprego formal				Distribuição do estoque (%)			
	2012		2020		2012		2020	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Norte	1.526.123	1.096.062	1.516.535	1.125.591	58,2%	41,8%	57,4%	42,6%
Nordeste	5.004.007	3.609.549	4.754.188	3.614.141	58,1%	41,9%	56,8%	43,2%
Sudeste	13.868.451	10.231.357	12.798.609	9.925.435	57,5%	42,5%	56,3%	43,7%
Sul	4.490.774	3.638.924	4.514.955	3.752.824	55,2%	44,8%	54,6%	45,4%
Centro-Oeste	2.412.825	1.580.640	2.496.802	1.737.096	60,4%	39,6%	59,0%	41,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal apresentou crescimento no país, sobretudo a partir de 2013. A participação feminina atingiu o ápice em 2018 e 2019, com 44,1% das mulheres trabalhando formalmente (**Gráfico 20**).

Em 2020, o estoque de emprego formal entre as mulheres foi o menor desde o ano de 2012, embora a participação feminina no total de empregos formais não seja o menor percentual da série.

No âmbito regional, o Sudeste apresentou, em 2020, o maior quantitativo de mulheres em empregos formais (9,9 mi), seguido por Sul (3,8 mi) e Nordeste (3,6 mi). (**Tabela 7**)

O percentual de mulheres no emprego formal cresceu em todas as regiões, quando comparados os anos de 2012 e 2020, principalmente nas regiões Centro-Oeste (+1,4 p.p.) e Nordeste (+1,3 p.p.).



Entre 2012 e 2020, a maioria dos estados brasileiros apresentou aumento de emprego formal feminino. O Maranhão foi o segundo estado com maior crescimento do estoque feminino (+15,5%), atrás somente de Mato Grosso (+19,5%). Assim, foram mais de 46,4 mil mulheres inseridas no mercado de trabalho formal no Maranhão em 2020. No ano de 2020, o Maranhão apresentava a quarta maior participação de mulheres no mercado de trabalho do Brasil (**Tabela 8**).

Com isso, verifica-se o aumento da presença feminina no emprego formal em quase todas as UFs, com exceção de Roraima (-0,7 p.p.), Ceará (-0,4 p.p.) e Pará (0,0 p.p.). O Maranhão obteve crescimento da participação feminina de 3,5 p.p (saiu de 43,0% em 2012 para 46,5% em 2020), representando a quarta maior expansão do país.

Também houve a redução da diferença entre os sexos no emprego formal nas UFs entre 2012 e 2020, com exceção do Pará. O estado de Roraima apresentou a menor diferença (-1,2 p. p.) em 2020, significando que a participação de homens (50,6%) e mulheres (49,4%) está próxima à forma paritária.

Por sua vez, o Maranhão foi o quarto estado com menor diferencial entre os sexos (-7,0 p.p.), o que reflete o aumento da participação feminina no mercado formal de trabalho. Por outro lado, o Distrito Federal apresentou a maior diferença, cuja participação feminina foi 21,8 p.p. menor em comparação aos homens.

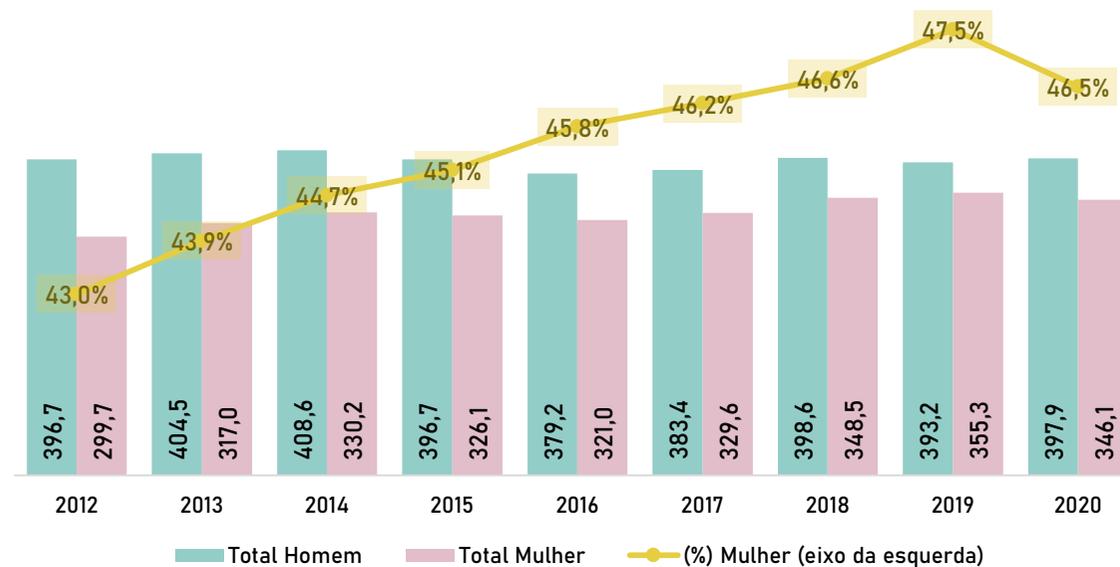
Tabela 8 – Estoque de emprego formal, por sexo, nas UFs, em 2012 e 2020

UF	Estoque de emprego formal				Distribuição do estoque (%)				Diferencial entre sexos (p.p.)	
	2012		2020		2012		2020		2012	2020
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher		
AC	69.206	56.023	70.866	61.985	55,3%	44,7%	53,3%	46,7%	-10,6	-6,6
AL	321.982	183.150	287.901	193.642	63,7%	36,3%	59,8%	40,2%	-27,4	-19,6
AM	355.626	260.751	340.981	251.207	57,7%	42,3%	57,6%	42,4%	-15,4	-15,2
AP	69.270	53.686	65.865	58.754	56,3%	43,7%	52,9%	47,1%	-12,6	-5,8
BA	1.299.793	956.828	1.238.277	937.911	57,6%	42,4%	56,9%	43,1%	-15,2	-13,8
CE	794.665	628.983	810.116	631.381	55,8%	44,2%	56,2%	43,8%	-11,6	-12,4
DF	741.754	439.895	754.336	484.072	62,8%	37,2%	60,9%	39,1%	-25,6	-21,8
ES	540.743	385.593	508.573	383.205	58,4%	41,6%	57,0%	43,0%	-16,8	-14,0
GO	841.207	608.858	845.552	638.708	58,0%	42,0%	57,0%	43,0%	-16,0	-14,0
MA	396.666	299.682	397.949	346.084	57,0%	43,0%	53,5%	46,5%	-14,0	-7,0
MG	2.825.140	2.103.085	2.732.721	2.082.153	57,3%	42,7%	56,8%	43,2%	-14,6	-13,6
MS	367.510	249.683	377.255	277.158	59,5%	40,5%	57,6%	42,4%	-19,0	-15,2
MT	462.354	282.204	519.659	337.158	62,1%	37,9%	60,6%	39,4%	-24,2	-21,2
PA	633.522	418.822	650.715	430.322	60,2%	39,8%	60,2%	39,8%	-20,4	-20,4
PB	361.435	266.612	359.595	269.541	57,5%	42,5%	57,2%	42,8%	-15,0	-14,4
PE	1.015.277	679.370	887.498	637.781	59,9%	40,1%	58,2%	41,8%	-19,8	-16,4
PI	235.733	182.647	237.268	199.107	56,3%	43,7%	54,4%	45,6%	-12,6	-8,8
PR	1.689.439	1.344.226	1.706.359	1.379.770	55,7%	44,3%	55,3%	44,7%	-11,4	-10,6
RJ	2.632.761	1.828.945	2.166.440	1.600.597	59,0%	41,0%	57,5%	42,5%	-18,0	-15,0
RN	350.406	251.820	327.678	240.546	58,2%	41,8%	57,7%	42,3%	-16,4	-15,4
RO	214.144	150.998	187.876	154.890	58,6%	41,4%	54,8%	45,2%	-17,2	-9,6
RR	46.752	47.025	51.447	50.323	49,9%	50,1%	50,6%	49,4%	0,2	-1,2
RS	1.635.904	1.357.127	1.517.336	1.303.632	54,7%	45,3%	53,8%	46,2%	-9,4	-7,6
SC	1.165.431	937.571	1.291.260	1.069.422	55,4%	44,6%	54,7%	45,3%	-10,8	-9,4
SE	228.050	160.457	207.906	158.148	58,7%	41,3%	56,8%	43,2%	-17,4	-13,6
SP	7.869.807	5.913.734	7.390.875	5.859.480	57,1%	42,9%	55,8%	44,2%	-14,2	-11,6
TO	137.603	108.757	148.785	118.110	55,9%	44,1%	55,7%	44,3%	-11,8	-11,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS



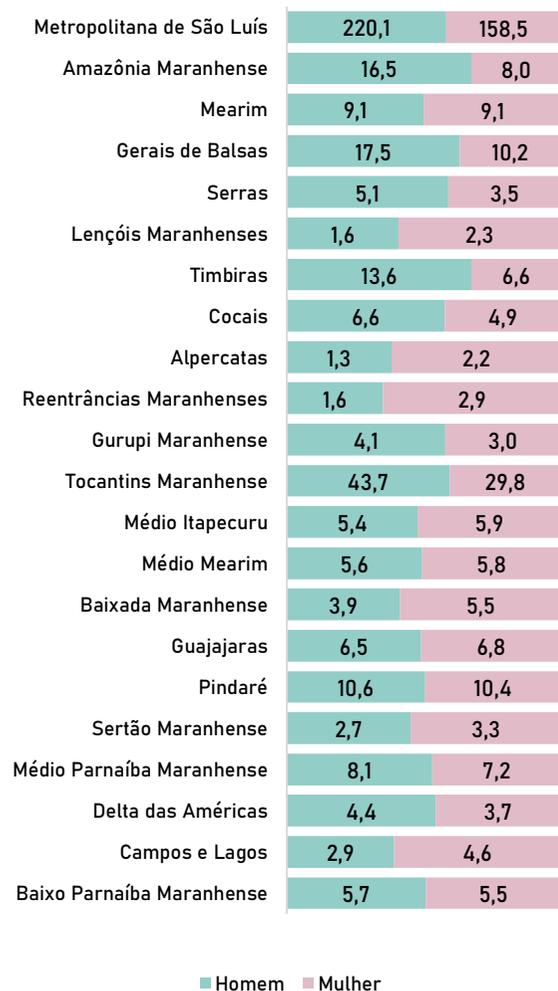
Gráfico 21 – Percentual e estoque (em milhares) de emprego formal, por sexo, no Maranhão, de 2012 a 2020



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

No Maranhão, de 2012 a 2020, houve crescimento de postos de trabalho formal: de 696,4 mil para 744 mil, uma expansão de 6,8%, chegando a 748,5 mil em 2019, o maior nível desde 2012. Quanto à participação feminina no emprego formal, observa-se a sua trajetória ascendente no estado desde 2012, atingindo o maior nível em 2019, com 47,5% (355,3 mil mulheres) (**Gráfico 21**).

No ano de 2020, o mercado de trabalho formal sofreu fortemente os efeitos negativos da crise da COVID-19. O Governo do Maranhão somou esforços para amenizar os efeitos da crise, com a criação de mais de 16 mil vagas de empregos formais, entre janeiro e dezembro de 2020, colocando o Maranhão com o melhor desempenho em geração de empregos do Nordeste (CAGED, 2020).

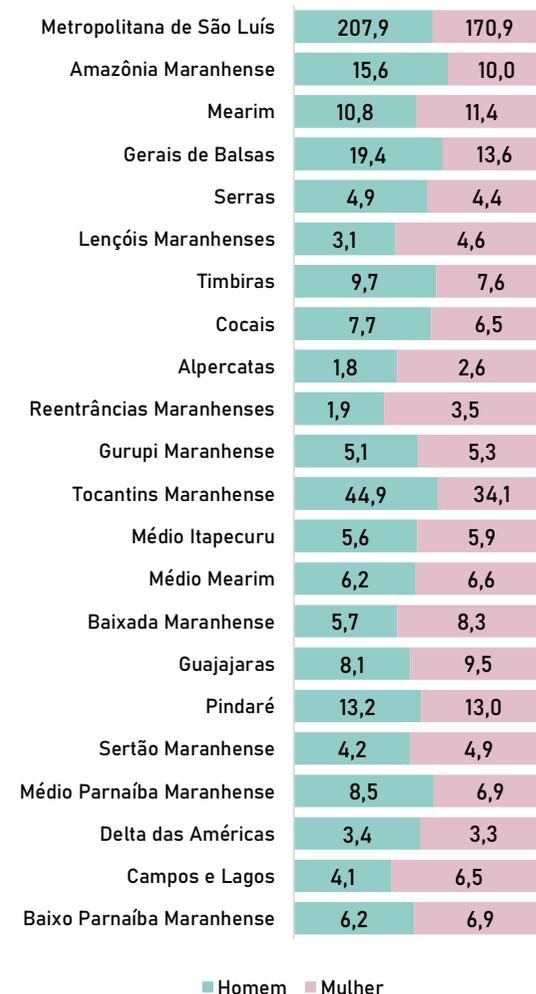
**Gráfico 22 – Estoque de emprego formal (em milhares), por sexo, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012**

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

No âmbito regional maranhense, em 2012 e 2020, os maiores crescimentos de estoque de emprego formal feminino, estão na Região Metropolitana de São Luís (+12,4 mil) e Tocantins Maranhense, com aumento de 4,3 mil mulheres (**Gráfico 22 e Gráfico 23**).

No **Mapa 3** é apresentado o percentual do estoque feminino de emprego formal nas Regiões de Desenvolvimento durante os anos em análise. As regiões em que as mulheres ultrapassaram o percentual de homens com emprego formal são: Reentrâncias Maranhenses e Campos e Lagos, com mais de 60% cada.

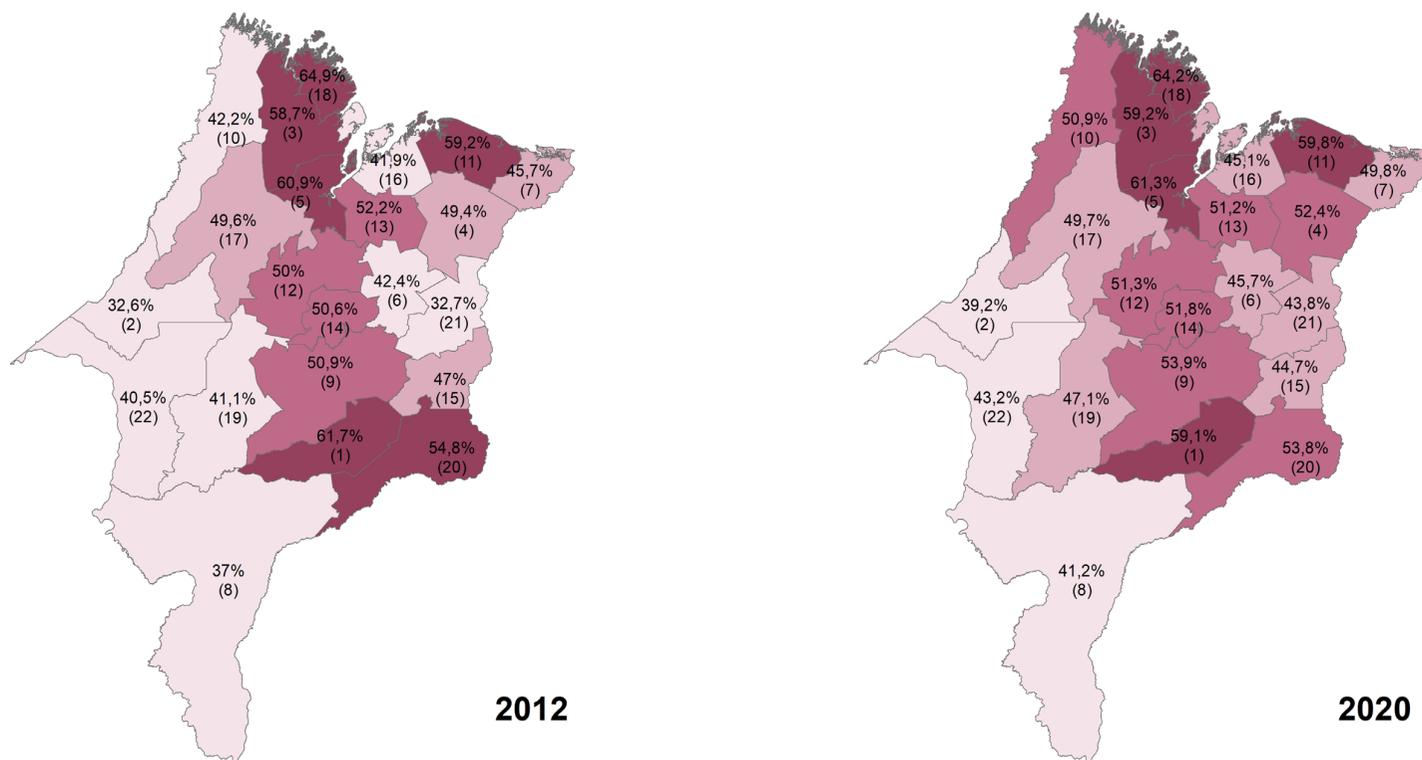
Ademais, as regiões de Timbiras, Gurupi e Amazônia Maranhense tiveram os maiores crescimentos percentuais de mulheres no emprego formal, com +11,1 p.p.; +8,7 p.p. e +6,6 p.p., respectivamente. De cada região, destacam-se os municípios de Caxias (+13,8 p.p.), Santa Luzia do Paruá (+6,5 p.p.) e Açailândia (+5,7 p.p.). (**Mapa 3**).

Gráfico 23 – Estoque de emprego formal (em milhares), por sexo, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2020

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS



Mapa 3 – Percentual do estoque de emprego formal feminino, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012 e 2020



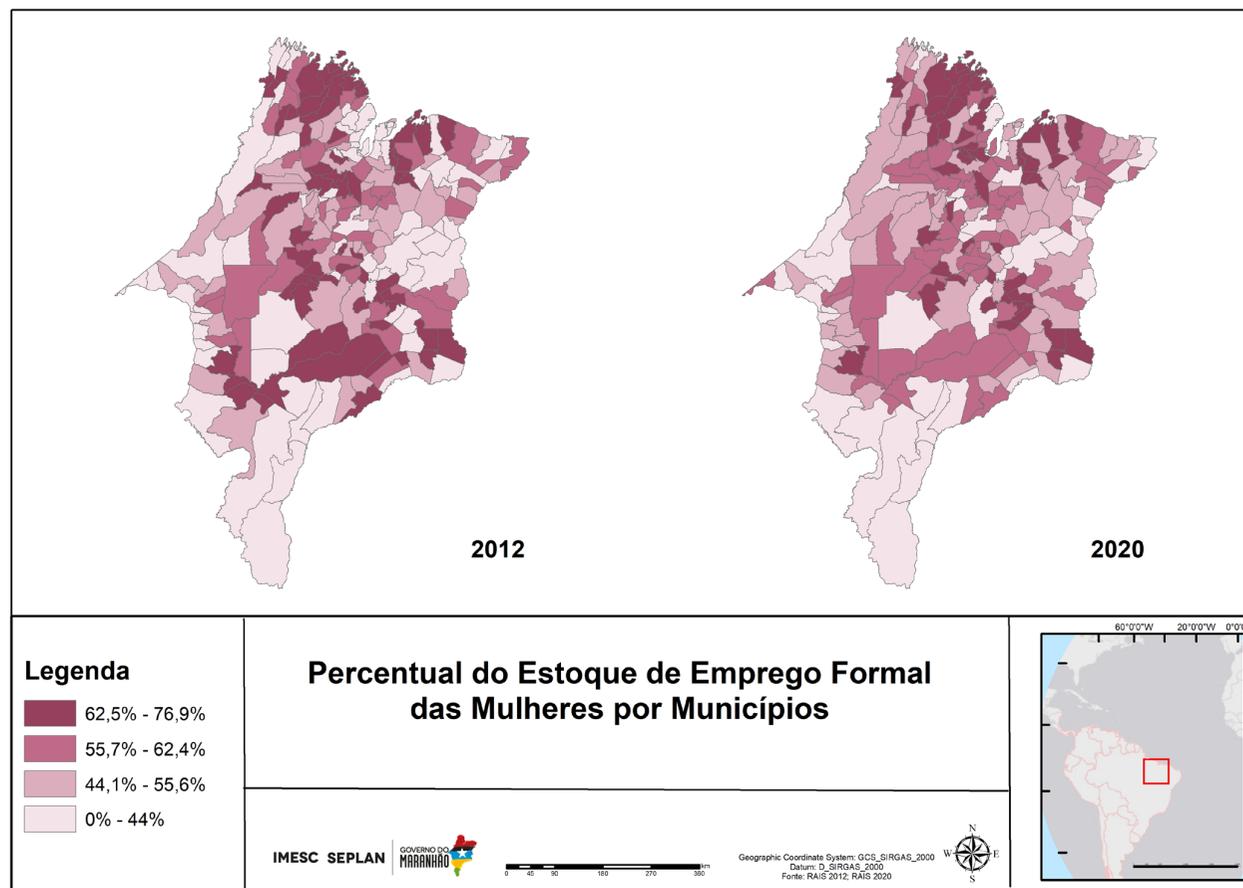
<p>Regiões de Desenvolvimento</p> <table border="0"> <tr><td>1- Alpercatas</td><td>12- Mearim</td></tr> <tr><td>2- Amazônia Maranhense</td><td>13- Médio Itapecuru</td></tr> <tr><td>3- Baixada Maranhense</td><td>14- Médio Mearim</td></tr> <tr><td>4- Baixo Parnaíba Maranhense</td><td>15- Médio Parnaíba Maranhense</td></tr> <tr><td>5- Campos e Lagos</td><td>16- Metropolitana de São Luís</td></tr> <tr><td>6- Cocais</td><td>17- Pindaré</td></tr> <tr><td>7- Delta das Américas</td><td>18- Reentrâncias Maranhenses</td></tr> <tr><td>8- Gerais de Balsas</td><td>19- Serras</td></tr> <tr><td>9- Guajajaras</td><td>20- Sertão Maranhense</td></tr> <tr><td>10- Gurupi Maranhense</td><td>21- Timbiras</td></tr> <tr><td>11- Lençóis Maranhenses</td><td>22- Tocantins Maranhense</td></tr> </table> <p>IMESC SEPLAN GOVERNO DO MARANHÃO</p>	1- Alpercatas	12- Mearim	2- Amazônia Maranhense	13- Médio Itapecuru	3- Baixada Maranhense	14- Médio Mearim	4- Baixo Parnaíba Maranhense	15- Médio Parnaíba Maranhense	5- Campos e Lagos	16- Metropolitana de São Luís	6- Cocais	17- Pindaré	7- Delta das Américas	18- Reentrâncias Maranhenses	8- Gerais de Balsas	19- Serras	9- Guajajaras	20- Sertão Maranhense	10- Gurupi Maranhense	21- Timbiras	11- Lençóis Maranhenses	22- Tocantins Maranhense	<p>Percentual do Estoque de Emprego Formal das Mulheres por Regiões de Desenvolvimento</p> <table border="0"> <tr><td></td><td>32,6% - 43,3%</td></tr> <tr><td></td><td>43,4% - 49,9%</td></tr> <tr><td></td><td>50% - 54,6%</td></tr> <tr><td></td><td>54,7% - 64,9%</td></tr> </table> <p>Geographic Coordinate System: GCS_SIRGAS_2000 Datum: D_SIRGAS_2000 Fonte: RAIS 2012; RAIS 2020</p>		32,6% - 43,3%		43,4% - 49,9%		50% - 54,6%		54,7% - 64,9%	
1- Alpercatas	12- Mearim																															
2- Amazônia Maranhense	13- Médio Itapecuru																															
3- Baixada Maranhense	14- Médio Mearim																															
4- Baixo Parnaíba Maranhense	15- Médio Parnaíba Maranhense																															
5- Campos e Lagos	16- Metropolitana de São Luís																															
6- Cocais	17- Pindaré																															
7- Delta das Américas	18- Reentrâncias Maranhenses																															
8- Gerais de Balsas	19- Serras																															
9- Guajajaras	20- Sertão Maranhense																															
10- Gurupi Maranhense	21- Timbiras																															
11- Lençóis Maranhenses	22- Tocantins Maranhense																															
	32,6% - 43,3%																															
	43,4% - 49,9%																															
	50% - 54,6%																															
	54,7% - 64,9%																															

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

**Mapa 4 – Percentual do estoque de emprego formal feminino, nos municípios maranhenses, em 2012 e 2020**

Em 2012, Jenipapo dos Vieiras (76,9%), Cachoeira Grande (75,2%) e Jatobá (75,1%) foram os municípios maranhenses que apresentaram, em termos percentuais, os maiores níveis de emprego formal feminino. Em termos absolutos, São Luís (145,8 mil), Imperatriz (22,7 mil) e Balsas (5,6 mil) lideraram o *ranking* (**Mapa 4**).

Já em 2020, Brejo de Areia subiu algumas posições e chegou a alcançar o maior percentual (76,3%). Logo após, segue Jenipapo dos Vieiras com 75,4% (-1,5 p.p em relação à 2012) e Presidente Sarney com 74,5%.

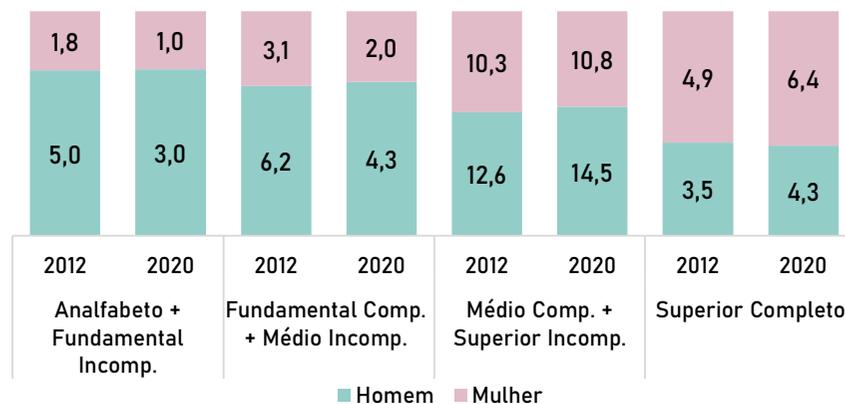


Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS



4.2. Estoque de emprego formal por escolaridade e remuneração média

Gráfico 24 – Estoque de emprego formal (em milhões), por escolaridade, por sexo, no Brasil, em 2012 e 2020



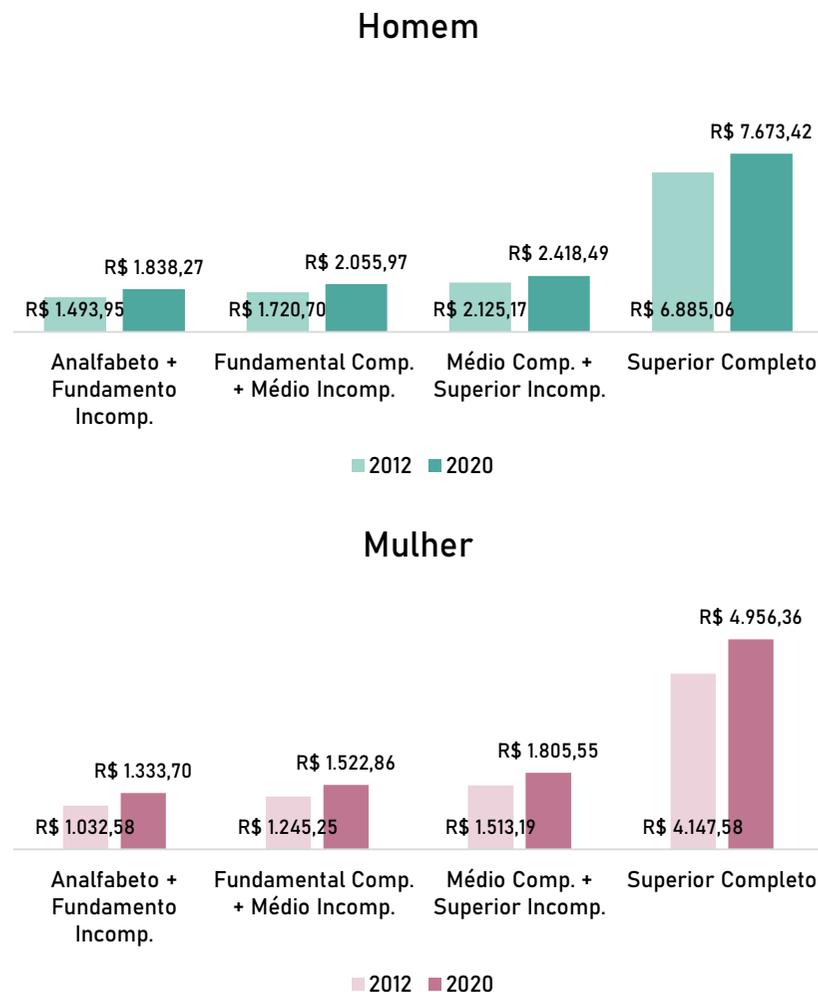
Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

O **Gráfico 24** mostra o estoque de emprego formal feminino e masculino conforme os diferentes níveis de escolaridade em 2012 e 2020. O maior quantitativo de mulheres está na categoria Médio Completo + Superior Incompleto: em 2012, foram 10,3 milhões, e em 2020, 10,8 milhões.

O avanço da escolaridade feminina se verifica pelo crescimento de mulheres com Ensino Superior Completo (+ 1,5 mi), em comparação a menor expansão dos homens (+0,8 mi) nesse quesito.

Em termos salariais, as mulheres recebem remuneração menor em comparação aos homens em todos os níveis educacionais: mulheres com Ensino Superior recebiam 35,4% a menos que os homens com o mesmo nível de instrução em 2020 (**Gráfico 25**).

Gráfico 25 – Remuneração média por escolaridade, por sexo, no Brasil, em 2012 e 2020



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020



Tabela 9 – Estoque de emprego formal (em milhares) e remuneração médias das mulheres, por escolaridade, nas Grandes Regiões, em 2012 e 2020

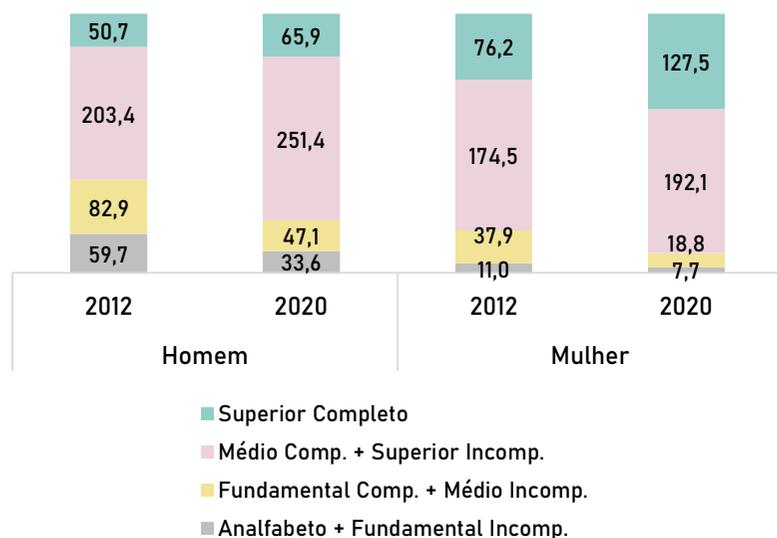
2012	Região	Analfabeto + Fundamental Incompleto		Fundamental Comp. + Médio Incompleto		Médio Comp. + Superior Incompleto		Superior Completo	
		Estoque	R\$	Estoque	R\$	Estoque	R\$	Estoque	R\$
	NO	80,0	R\$ 1.047,12	136,5	R\$ 1.075,73	624,6	R\$ 1.569,90	255,0	R\$ 4.066,21
	NE	267,3	R\$ 889,33	438,7	R\$ 1.084,51	2.016,3	R\$ 1.264,75	887,3	R\$ 3.383,30
	SE	901,4	R\$ 1.037,63	1.590,0	R\$ 1.123,71	5.187,3	R\$ 1.566,06	2.552,8	R\$ 4.316,85
	SU	400,8	R\$ 1.038,06	661,8	R\$ 1.129,50	1.742,7	R\$ 1.508,24	833,7	R\$ 3.676,98
	CO	150,4	R\$ 1.184,88	263,8	R\$ 1.199,90	749,5	R\$ 1.695,07	417,0	R\$ 5.700,60
2020	Região	Analfabeto + Fundamental Incompleto		Fundamental Comp. + Médio Incompleto		Médio Comp. + Superior Incompleto		Superior Completo	
		Estoque	R\$	Estoque	R\$	Estoque	R\$	Estoque	R\$
	NO	50,9	R\$ 1.415,28	92,9	R\$ 1.413,47	601,1	R\$ 1.839,09	380,8	R\$ 5.005,17
	NE	156,0	R\$ 1.271,27	263,5	R\$ 1.422,29	1.985,3	R\$ 1.549,61	1.209,3	R\$ 4.221,42
	SE	496,7	R\$ 1.311,33	947,9	R\$ 1.379,22	5.383,6	R\$ 1.856,20	3.097,2	R\$ 5.139,32
	SU	257,2	R\$ 1.361,02	475,4	R\$ 1.460,36	1.906,7	R\$ 1.910,67	1.113,6	R\$ 4.725,86
	CO	86,6	R\$ 1.348,63	172,3	R\$ 1.389,93	874,1	R\$ 1.886,83	604,1	R\$ 5.864,45

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020

Na **Tabela 9** é apresentado o estoque de emprego formal feminino em 2012 e 2020, tanto por escolaridade quanto por remuneração média, nas Grandes Regiões. Houve redução de mulheres com nível de escolaridade “Analfabeto + Fundamental Incompleto” e “Fundamental Completo + Médio Incompleto”, enquanto se observou o crescimento feminino com níveis “Médio Completo + Superior Incompleto” (com exceção de Norte e Nordeste) e “Superior Completo”. Em destaque estão as regiões Norte e Centro-Oeste, que obtiveram crescimento de 49,3% e 44,9%, respectivamente, de mulheres com Ensino Superior Completo no mercado de trabalho formal.

Observa-se também que a remuneração média real recebida pelas mulheres aumentou em todos os níveis de escolaridade, com destaque para o nível “Analfabeto + Fundamental Incompleto”, no Nordeste, que aumentou 42,9%. No Norte, o rendimento das mulheres com nível “Fundamental Completo + Médio Incompleto” cresceu 31,4%. Nos níveis “Médio Completo + Superior Incompleto” e “Superior Completo” as mulheres obtiveram maiores aumentos no Sul do país com 26,7% e 28,5%, respectivamente.

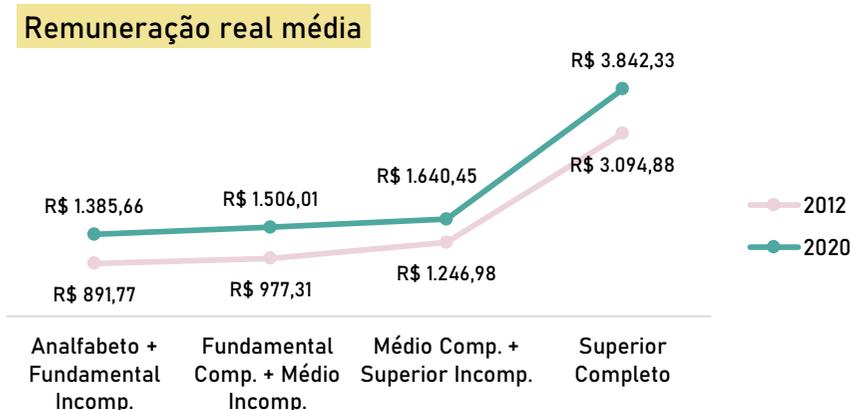
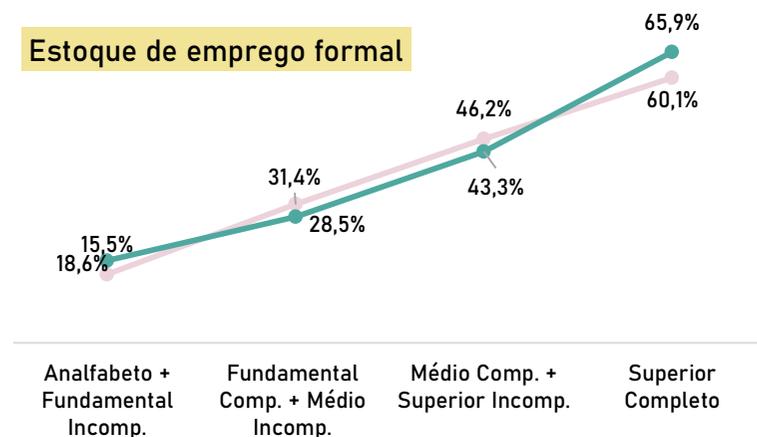
**Gráfico 26 – Estoque de emprego formal (em milhares), por escolaridade e sexo, no Maranhão, em 2012 e 2020**

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

O quantitativo de mulheres maranhenses analfabetas e com Ensino Médio Incompleto decresce no mercado de trabalho formal, dando lugar às mulheres com maiores níveis de instrução e qualificação (**Gráfico 26**). Esse comportamento também se observa no sexo masculino entre 2012 e 2020.

A população feminina maranhense com Ensino Superior Completo com trabalho formal expandiu de 76,2 mil para 127,5 mil, um aumento de 67,3% (**Gráfico 26**). Assim, o percentual de mulheres com esse nível de ensino aumentou de 60,1% em 2012 para 65,9% em 2020 (**Gráfico 27**).

Por meio do **Gráfico 27** também se observa que no Maranhão, as mulheres analfabetas e com Fundamental Incompleto obtiveram aumento de remuneração média em 55,4%; com Fundamental Completo e Médio Incompleto, crescimento de 54,1%; Médio Completo e Superior Incompleto com +31,6%; enquanto com Ensino Superior Completo, o aumento foi de 24,2% entre 2012 e 2020.

Gráfico 27 – Percentual do estoque de emprego formal e remuneração real média das mulheres, por escolaridade, no Maranhão, em 2012 e 2020

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020



Tabela 10 – Estoque de emprego formal feminino, por escolaridade, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012 e 2020

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	Analfabeto + Fundamental Incompleto		Fundamental Comp. + Médio Incompleto		Médio Comp. + Superior Incompleto		Superior Completo	
	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020
Metropolitana de São Luís	3.138	3.033	23.263	6.275	82.371	98.904	49.693	62.649
Amazônia Maranhense	832	360	1.095	1.261	4.957	5.861	1.107	2.563
Mearim	380	181	911	819	5.638	5.667	1.510	3.545
Gerais de Balsas	796	657	1.685	1.159	5.669	7.220	2.089	4.533
Serras	269	132	432	373	1.836	2.140	1.005	1.705
Lençóis Maranhenses	434	249	288	260	1.153	2.298	387	1.756
Timbiras	438	168	958	295	3.165	4.039	2.024	3.085
Cocais	296	205	316	388	3.583	3.326	678	2.563
Alpercatas	96	101	125	134	1.310	1.512	622	855
Reentrâncias Maranhenses	37	23	173	116	2.390	1.912	346	1.403
Gurupi Maranhense	224	185	296	678	1.798	2.521	684	1.913
Tocantins Maranhense	1.366	834	3.348	2.315	19.196	20.664	5.659	9.958
Médio Itapecuru	135	85	297	254	3.437	2.005	883	2.303
Médio Mearim	195	135	369	302	3.622	2.740	909	2.524
Baixada Maranhense	202	137	224	286	3.365	3.793	530	2.831
Guajaras	228	344	616	466	4.251	4.420	1.411	4.034
Pindaré	527	273	960	864	6.441	5.460	1.380	4.580
Sertão Maranhense	140	66	311	439	2.370	2.333	468	2.022
Médio Parnaíba Maranhense	158	47	310	305	1.020	944	405	867
Delta das Américas	98	20	261	195	1.398	691	560	648
Campos e Lagos	64	46	111	134	2.145	2.235	405	2.045
Baixo Parnaíba Maranhense	76	73	226	212	3.867	2.966	840	2.603

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Em 2020, as regiões Metropolitana de São Luís e Tocantins Maranhense apresentaram o maior quantitativo de mulheres no mercado de trabalho formal com Ensino Superior Completo, alcançando 62,6 mil e 9,9 mil, respectivamente. As duas regiões corresponderam a 60% do estoque total de mulheres maranhenses com esse nível de instrução. Além disso, foram as regiões que apresentaram os maiores crescimentos, em valores absolutos, nesse mesmo nível de escolaridade (**Tabela 10**).

O terceiro maior crescimento no estoque feminino com Ensino Superior Completo foi encontrado na região Pindaré (+ 3,2 mil entre 2012 e 2020). Nessa região, destacam-se os municípios de Santa Inês (de 669 em 2012 para 1.403 em 2020) e Pindaré-Mirim (de 60 em 2012 para 817 em 2020).



Tabela 11 – Remuneração real média das mulheres, por escolaridade, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2012 e 2020

MARANHÃO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO	Analfabeto + Fundamental Incompleto		Fundamental Completo + Médio Incompleto		Médio Completo + Superior Incompleto		Superior Completo	
	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020
Maranhão	R\$ 891,77	R\$ 1.385,66	R\$ 977,31	R\$ 1.506,01	R\$ 1.246,98	R\$ 1.640,45	R\$ 3.094,88	R\$ 3.842,33
Metropolitana de São Luís	R\$ 1.005,91	R\$ 1.592,02	R\$ 2.153,26	R\$ 1.554,73	R\$ 1.334,68	R\$ 1.787,44	R\$ 3.704,85	R\$ 4.799,63
Amazônia Maranhense	R\$ 855,37	R\$ 1.218,40	R\$ 841,67	R\$ 1.267,90	R\$ 1.338,57	R\$ 1.708,57	R\$ 2.841,63	R\$ 4.265,26
Mearim	R\$ 736,16	R\$ 1.140,80	R\$ 905,12	R\$ 1.348,98	R\$ 1.178,56	R\$ 1.674,93	R\$ 1.978,38	R\$ 2.689,06
Gerais de Balsas	R\$ 911,79	R\$ 1.208,90	R\$ 934,33	R\$ 1.262,81	R\$ 1.259,22	R\$ 1.488,01	R\$ 2.229,52	R\$ 2.796,63
Serras	R\$ 765,83	R\$ 1.244,32	R\$ 836,51	R\$ 1.332,47	R\$ 1.158,57	R\$ 1.586,37	R\$ 1.878,99	R\$ 2.989,26
Lençóis Maranhenses	R\$ 1.096,75	R\$ 1.518,28	R\$ 1.064,61	R\$ 1.181,72	R\$ 1.273,09	R\$ 1.491,38	R\$ 2.326,79	R\$ 2.384,66
Timbiras	R\$ 745,89	R\$ 1.281,48	R\$ 853,42	R\$ 1.121,80	R\$ 1.112,36	R\$ 1.464,06	R\$ 1.510,08	R\$ 2.484,76
Cocais	R\$ 909,88	R\$ 1.057,52	R\$ 824,38	R\$ 1.173,92	R\$ 1.243,29	R\$ 1.399,33	R\$ 1.889,72	R\$ 2.904,96
Alpercatas	R\$ 770,15	R\$ 1.368,43	R\$ 730,22	R\$ 1.519,48	R\$ 822,73	R\$ 1.422,22	R\$ 1.786,23	R\$ 2.969,14
Reentrâncias Maranhenses	R\$ 845,21	R\$ 1.266,67	R\$ 801,09	R\$ 1.249,92	R\$ 1.160,97	R\$ 1.472,48	R\$ 1.485,95	R\$ 2.997,41
Gurupi Maranhense	R\$ 806,87	R\$ 1.166,22	R\$ 840,23	R\$ 1.729,32	R\$ 970,41	R\$ 1.513,14	R\$ 1.524,47	R\$ 2.977,30
Tocantins Maranhense	R\$ 859,41	R\$ 1.230,33	R\$ 883,00	R\$ 1.178,21	R\$ 1.126,40	R\$ 1.484,28	R\$ 2.156,72	R\$ 3.091,19
Médio Itapecuru	R\$ 745,44	R\$ 1.224,37	R\$ 865,49	R\$ 1.350,33	R\$ 1.406,70	R\$ 1.615,72	R\$ 1.414,89	R\$ 3.282,10
Médio Mearim	R\$ 982,29	R\$ 1.106,98	R\$ 857,51	R\$ 1.386,40	R\$ 1.047,22	R\$ 1.451,94	R\$ 1.865,33	R\$ 2.728,89
Baixada Maranhense	R\$ 860,55	R\$ 1.228,63	R\$ 951,57	R\$ 1.400,63	R\$ 1.294,35	R\$ 1.533,80	R\$ 2.028,50	R\$ 2.858,84
Guajaras	R\$ 847,33	R\$ 1.630,63	R\$ 931,07	R\$ 1.181,37	R\$ 1.146,88	R\$ 1.393,46	R\$ 1.524,10	R\$ 2.788,80
Pindaré	R\$ 789,44	R\$ 1.129,84	R\$ 894,22	R\$ 1.276,22	R\$ 1.184,18	R\$ 1.571,94	R\$ 1.724,12	R\$ 2.947,28
Sertão Maranhense	R\$ 827,33	R\$ 1.265,33	R\$ 729,64	R\$ 1.215,71	R\$ 934,20	R\$ 1.349,08	R\$ 1.307,69	R\$ 2.676,48
Médio Parnaíba Maranhense	R\$ 860,05	R\$ 1.251,59	R\$ 910,88	R\$ 1.258,44	R\$ 1.102,36	R\$ 1.334,32	R\$ 2.033,92	R\$ 2.918,25
Delta das Américas	R\$ 602,23	R\$ 1.124,14	R\$ 784,83	R\$ 1.149,28	R\$ 975,95	R\$ 1.306,71	R\$ 1.801,35	R\$ 2.795,54
Campos e Lagos	R\$ 768,75	R\$ 1.197,72	R\$ 837,53	R\$ 1.123,80	R\$ 1.083,03	R\$ 1.361,87	R\$ 1.424,01	R\$ 2.762,22
Baixo Parnaíba Maranhense	R\$ 865,52	R\$ 1.302,92	R\$ 864,52	R\$ 1.108,94	R\$ 1.276,79	R\$ 1.074,82	R\$ 1.900,40	R\$ 2.483,52

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020



A maior parte das regiões de desenvolvimento do Maranhão apresentou melhora na remuneração média das mulheres em todos os níveis de escolaridade, com exceção da Metropolitana de São Luís e Baixo Parnaíba, que apresentaram redução nos níveis “Fundamental Completo + Médio Incompleto” e “Médio Completo + Superior Incompleto”, respectivamente. Em destaque de crescimento, estão as regiões Alpercatas, Gurupi Maranhense e Sertão Maranhense. A região do Médio Itapecuru apresentou o maior crescimento da remuneração feminina com Ensino Superior Completo (+132%), seguida de Sertão Maranhense (+104,7%) e Reentrâncias Maranhenses (+101,7%) (**Tabela 11**).

Entre os municípios maranhenses que apresentaram remuneração média feminina acima da média do estado, por escolaridade, destacam-se São José dos Basílios, São José de Ribamar, Lagoa Grande do Maranhão e Turilândia, dentre outros descritos na **Tabela 12**.

Tabela 12 – Municípios maranhenses com remuneração média feminina acima da média do estado, por escolaridade, em 2020

Analfabeto + Fundamento Incompleto		Fundamental Completo + Médio Incompleto		Médio Completo + Superior Incompleto		Superior Completo	
Município	R\$	Município	R\$	Município	R\$	Município	R\$
São José dos Basílios	2.864,65	São José de Ribamar	3.331,41	Lagoa Grande do MA	4.538,12	Turilândia	6.121,94
São Luís	1.870,03	Maracaçumé	2.604,27	Nova Olinda do MA	3.130,36	São Luís	5.702,57
Humberto de Campos	1.859,25	Barão de Grajaú	1.874,36	Monção	2.849,24	Poção de Pedras	5.499,24
Gonçalves Dias	1.711,81	Monção	1.825,84	Graça Aranha	2.828,76	Itinga do MA	5.483,21
João Lisboa	1.682,48	Poção de Pedras	1.759,15	Paulo Ramos	2.827,87	Vila Nova dos Martírios	5.338,55

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

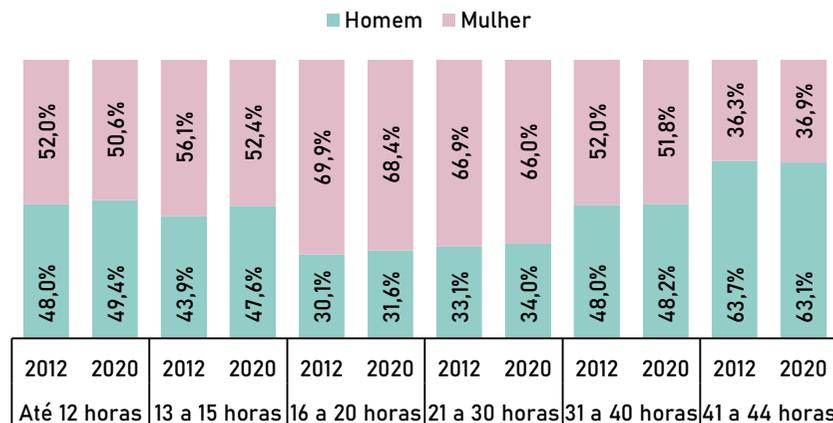
Nota¹: os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020

Nota²: foram considerados no *ranking* os municípios com mais de 50 vínculos empregatícios em dezembro de 2020



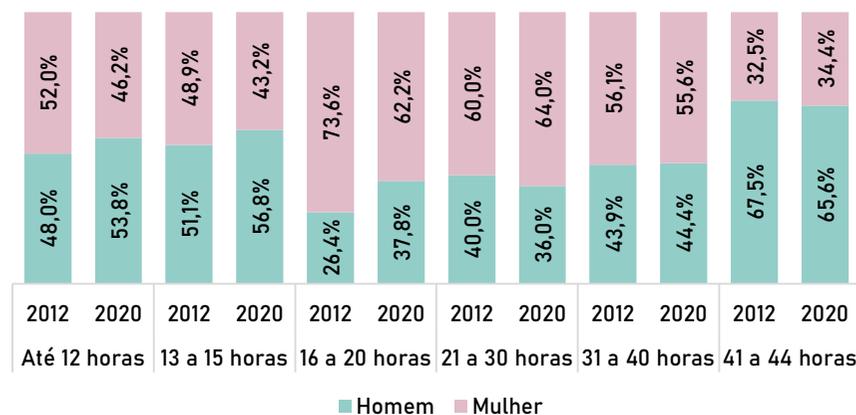
4.3. Faixa de horas trabalhadas e remuneração média

Gráfico 28 – Percentual de emprego formal, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Brasil, em 2012 e 2020



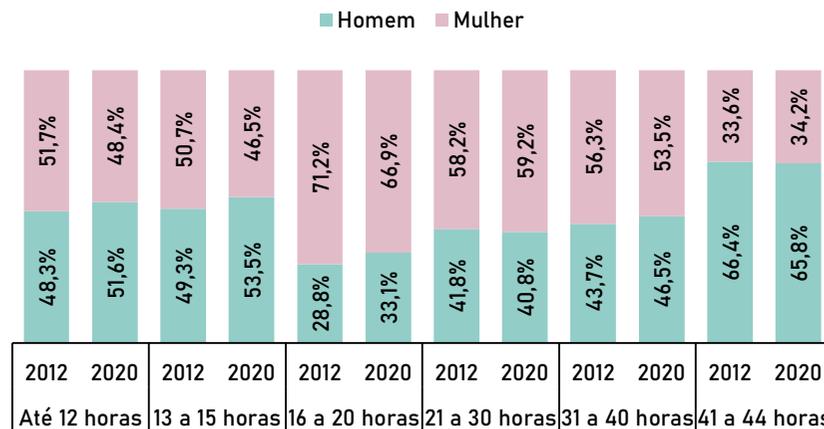
Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Gráfico 30 – Percentual de emprego formal, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Maranhão, em 2012 e 2020



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Gráfico 29 – Percentual de emprego formal, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Nordeste, em 2012 e 2020



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Em geral, o percentual de mulheres em empregos de jornadas reduzidas é maior em comparação aos homens, tanto no Brasil quanto no Nordeste (**Gráfico 28**).

Como já mencionado anteriormente neste Boletim, segundo o IBGE, em 2019, as mulheres brasileiras ocupadas gastavam em média 18,5 horas semanais em afazeres domésticos e cuidados pessoais em comparação a 10,4 horas dos homens. As mulheres se dedicam mais tempo a essas tarefas e cuidados, então é esperado que isso afete o tempo disponível para o trabalho fora de casa.

No Nordeste, mais da metade das mulheres possuem maior inserção em empregos de menor jornada e em modalidades flexibilizadas, também chamados de trabalho parcial e intermitente (**Gráfico 29**).

Em 2020, a faixa de horas trabalhadas mais predominante entre as mulheres maranhenses era de 21 a 30 horas semanais, enquanto a dos homens era de 41 a 44 horas (**Gráfico 30**).



Em 2020, os maiores percentuais de mulheres maranhenses trabalhando, em comparação aos homens, por Regiões de Desenvolvimento, estão descritos na **Tabela 13**:

- Até 12 horas por semana: Médio Itapecuru (80,8%), Reentrâncias Maranhenses (75,8%) e Lençóis Maranhenses (66,7%).

- De 13 a 15 horas semanais: Gurupi Maranhense (91,7%), Gerais de Balsas (62,5%) e Guajajaras (58,7%).

- De 16 a 20 horas semanais: Gerais de Balsas (84,6%), Sertão Maranhense (84,4%) e Alpercatas (83,6%).

- De 21 a 30 horas semanais: Reentrâncias Maranhenses (79,1%), Lençóis Maranhenses (77,4%) e Baixada Maranhense (76,8%).

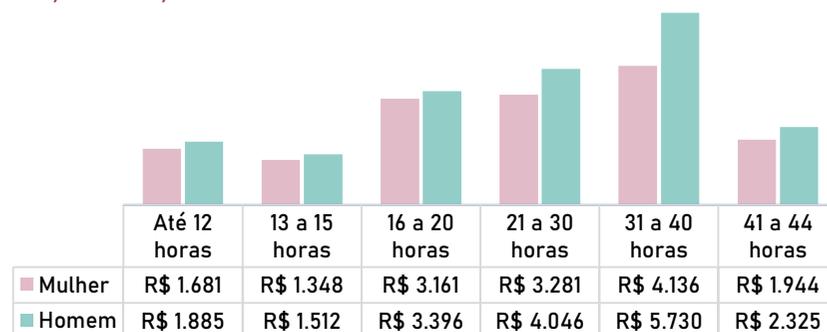
- De 31 a 40 horas semanais: Alpercatas (67,2%), Sertão Maranhense (63,9%) e Guajajaras (62,7%).

- De 41 a 44 horas semanais: Reentrâncias Maranhenses (53,6%), Campos e Lagos (51,6%) e Lençóis Maranhenses (51,2%).

Tabela 13 – Percentual de emprego formal feminino, por faixa de horas trabalhadas, nas Regiões de Desenvolvimento, em 2020

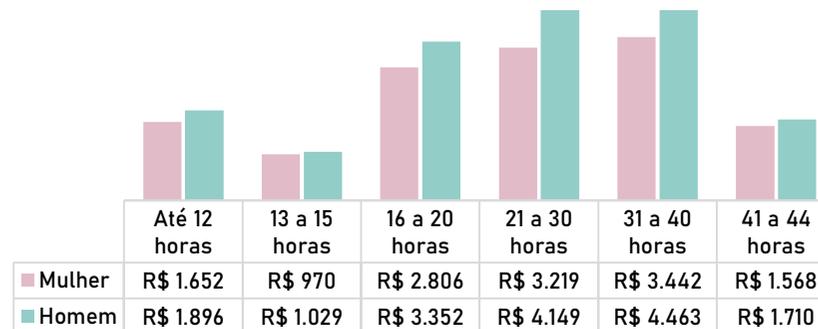
REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO	Faixa de horas semanais					
	Até 12 horas	13 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 44 horas
Metropolitana de São Luís	46,7%	42,4%	51,7%	63,8%	53,8%	35,9%
Amazônia Maranhense	29,8%	47,4%	71,6%	74,0%	50,9%	25,4%
Mearim	36,0%	47,8%	73,2%	61,7%	60,0%	34,1%
Gerais de Balsas	54,4%	62,5%	84,6%	65,5%	59,4%	27,1%
Serras	44,7%	47,1%	73,5%	64,2%	55,9%	25,2%
Lençóis Maranhenses	66,7%	37,5%	73,1%	77,4%	56,2%	51,2%
Timbiras	45,5%	41,3%	79,2%	45,6%	49,8%	30,5%
Cocais	33,3%	33,3%	72,7%	70,8%	51,8%	31,2%
Alpercatas	64,3%	50,0%	83,6%	56,6%	67,2%	38,2%
Reentrâncias Maranhenses	75,8%	0,0%	74,6%	79,1%	61,7%	53,6%
Gurupi Maranhense	11,1%	91,7%	71,8%	56,9%	50,3%	32,7%
Tocantins Maranhense	55,1%	53,2%	77,1%	59,6%	57,0%	33,2%
Médio Itapecuru	80,8%	50,0%	82,8%	64,7%	58,2%	27,7%
Médio Mearim	41,7%	25,0%	75,2%	60,8%	56,1%	35,3%
Baixada Maranhense	47,6%	52,9%	81,2%	76,8%	58,2%	45,1%
Guajajaras	37,9%	58,7%	77,5%	54,9%	62,7%	36,6%
Pindaré	28,8%	47,1%	78,3%	60,5%	57,9%	35,4%
Sertão Maranhense	62,5%	15,8%	84,4%	72,6%	63,9%	35,0%
Médio Parnaíba Maranhense	28,0%	31,4%	74,0%	53,5%	58,9%	32,4%
Delta das Américas	20,0%	33,3%	76,6%	62,8%	58,5%	29,3%
Campos e Lagos	50,0%	30,0%	76,7%	70,6%	57,3%	51,6%
Baixo Parnaíba Maranhense	5,3%	0,0%	78,0%	62,5%	55,2%	33,1%

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

**Gráfico 31 – Remuneração real média, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Brasil, em 2020**

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: Os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020

Gráfico 32 – Remuneração real média, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Nordeste, em 2020

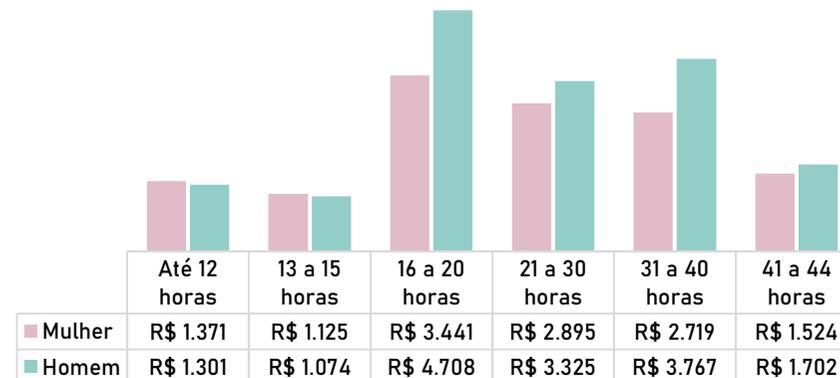
Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: Os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020

A remuneração média recebida por mulheres e homens, de acordo com as horas trabalhadas, é apresentada nos gráficos ao lado.

No Brasil, a menor diferença de salários entre mulheres e homens está na faixa dos que trabalham de 16 a 20 horas. No Nordeste, a menor variação é verificada na faixa de 13 a 15 horas semanais (**Gráfico 31** e **Gráfico 32**).

As mulheres maranhenses recebem rendimento médio maior que os homens na faixa de até 12 e de 13 a 15 horas semanais. No entanto, a maior variação de salários entre os sexos está entre 31 a 40 horas com os homens recebendo 38,6% a mais que as mulheres (**Gráfico 33**).

Gráfico 33 – Remuneração real média, por faixa de horas trabalhadas, por sexo, no Maranhão, em 2020

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS

Nota: os valores de 2012 foram inflacionados pelo IPCA até dezembro/2020



4.4. Saldo de emprego formal no maranhão por setores de atividade

Tabela 14 – Saldo de emprego formal, por sexo, nas UFs, de janeiro a agosto de 2022

SALDO DE EMPREGO FORMAL, POR SEXO					
UF	Homem	Mulher	Total	Part (%) Homem	Part (%) Mulher
Sergipe	2.264	3.042	5.306	42,7%	57,3%
Pernambuco	15.165	16.042	31.207	48,6%	51,4%
Paraná	60.258	62.922	123.180	48,9%	51,1%
Rio Grande do Sul	47.507	44.417	91.924	51,7%	48,3%
Distrito Federal	20.070	18.638	38.708	51,8%	48,2%
Santa Catarina	52.515	47.618	100.133	52,4%	47,6%
Espírito Santo	19.745	17.306	37.051	53,3%	46,7%
São Paulo	287.275	244.162	531.437	54,1%	45,9%
Rondônia	7.899	6.392	14.291	55,3%	44,7%
Minas gerais	103.621	83.591	187.212	55,3%	44,7%
Roraima	2.907	2.306	5.213	55,8%	44,2%
Paraíba	9.955	7.278	17.233	57,8%	42,2%
Ceará	28.717	20.637	49.354	58,2%	41,8%
Maranhão	19.614	14.038	33.652	58,3%	41,7%
Rio de Janeiro	88.962	61.035	149.997	59,3%	40,7%
Amazonas	16.716	10.803	27.519	60,7%	39,3%
Tocantins	7.745	4.995	12.740	60,8%	39,2%
Goiás	60.209	32.897	93.106	64,7%	35,3%
Mato Grosso do Sul	25.469	13.498	38.967	65,4%	34,6%
Amapá	4.226	2.213	6.439	65,6%	34,4%
Acre	4.103	2.086	6.189	66,3%	33,7%
Rio Grande do Norte	9.973	5.003	14.976	66,6%	33,4%
Piauí	8.736	4.359	13.095	66,7%	33,3%
Mato Grosso	41.813	20.651	62.464	66,9%	33,1%
Pará	25.906	12.506	38.412	67,4%	32,6%
Bahia	73.174	35.016	108.190	67,6%	32,4%
Alagoas	-5.271	4.766	-505	-	-
Não identificado	12.632	3.176	15.808	79,9%	20,1%
TOTAL	1.051.905	801.393	1.853.298	56,8%	43,2%

Fonte: Novo CAGED (MTP)

Nota¹: informações passíveis de ajustes nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Nota²: em Alagoas, a participação (%) do saldo de emprego formal, por sexo, não foi computada por o estado apresentar saldo negativo no período analisado

Com o intuito de trazer um panorama do emprego formal do período mais recente, foram coletadas informações do Novo CAGED para os anos de 2021 e o acumulado de 2022.

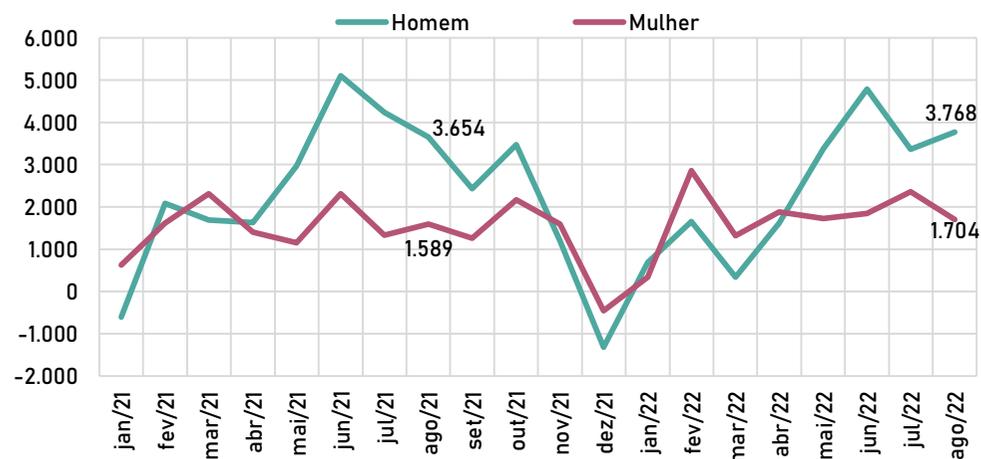
De janeiro a agosto de 2022, o saldo de emprego formal total foi de aproximadamente 1,85 milhão, sendo 43,2% representados pelas mulheres (**Tabela 14**).

Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, juntos, concentraram 48,7% do saldo total feminino. No Brasil, o Maranhão ficou em 14º lugar tanto na movimentação do saldo total feminino nesse período, quanto na participação feminina com 14.038 vagas criadas para mulheres, representando 41,7% do saldo total de geração de emprego formal do estado.

Apesar de possuir o segundo menor saldo de geração de emprego formal (5.306), em 2022, Sergipe foi o estado com maior representatividade feminina, chegando a 57,3%, seguido por Pernambuco (51,4%) e Paraná (51,1%).



Gráfico 34 – Evolução mensal do saldo de emprego formal, por sexo, no Maranhão, de janeiro de 2021 a agosto de 2022*



Fonte: Novo CAGED (MTP)

Nota: Informações passíveis de ajustes nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Ao analisar a evolução mensal do saldo de emprego formal por gênero no Maranhão, verifica-se que na maioria dos meses as admissões líquidas dos homens foram superiores às das mulheres com exceção dos meses de dezembro a março, pois ocorre alta desmobilização de empregos formais no grupamento de atividade da construção em decorrência do período chuvoso (**Gráfico 34**).

Quanto ao saldo de emprego formal feminino em 2022, a quantidade de vagas geradas cresceu em agosto (+1.704) em comparação a agosto de 2021 (+1.589). No acumulado de janeiro a agosto de 2022, as mulheres ocuparam 14 mil novas vagas de empregos formais contra 12,3 mil no mesmo período do ano passado.



No acumulado de janeiro a agosto de 2022, com exceção de “Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados” e “Serviços Domésticos”, todos os segmentos de atividades exibiram geração de empregos para as mulheres no Maranhão. Podem-se destacar as atividades de “Saúde Humana e Serviços Sociais” (+2.963 vínculos femininos), “Administração Pública, Defesa e Seguridade Social” (+1.988 vínculos) e “Outras Atividades de Serviços” (+1.833 vínculos). Importante ressaltar que dos 20 segmentos, a inserção masculina foi superior a entrada de mulheres em 14 atividades (**Tabela 15**).

Ademais, mesmo se passando somente oito meses no ano, as atividades de “Agropecuária”, “Indústrias Extrativas”, “Indústrias de Transformação”, “Alojamento e Alimentação”, “Educação” e “Outras Atividades de Serviços” superaram o saldo de contratações de mulheres ocorrido em 2021.

Tabela 15 – Saldo de emprego formal por gênero e atividades econômicas – 2021 e 2022*

Seção CNAE 2.0	2021		2022*	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	26.555	16.922	19.614	14.038
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2.359	278	2.869	347
Indústrias Extrativas	202	17	156	19
Indústrias de Transformação	958	592	2.586	673
Eletricidade e Gás	39	46	49	3
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	459	68	197	56
Construção	5.955	399	677	280
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	6.216	5.365	3.310	1.000
Transporte, Armazenagem e Correio	1.669	229	-53	63
Alojamento e Alimentação	1.068	1.436	770	1.570
Informação e Comunicação	10	482	516	444
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	110	302	158	-9
Atividades Imobiliárias	275	96	37	25
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1.599	577	1.037	243
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	3.588	1.630	3.102	1.044
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-84	-286	1.206	1.988
Educação	210	572	742	1.438
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.132	3.356	1.207	2.963
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	129	90	206	59
Outras Atividades de Serviços	648	1.673	840	1.833
Serviços Domésticos	13	0	2	-1

Fonte: Novo CAGED (MTP)

Nota: *janeiro a agosto de 2022 está sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo



4.5. Saldo de emprego formal no maranhão por ocupação

Tabela 16 – Saldo de emprego formal por Gênero e Ocupação – 2022*

Ranking 2022	Ocupação – CBO 2002	2022	Ocupação – CBO 2002	2022
		Mulher		Homem
1	Assistente Administrativo	1.323	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	1.480
2	Técnico de Enfermagem	1.269	Motorista de Caminhão	1.251
3	Faxineiro	1.045	Faxineiro	1.236
4	Auxiliar de Escritório	880	Vigilante	1.092
5	Atendente de Lojas e Mercados	688	Assistente Administrativo	911
6	Enfermeiro	632	Alimentador de Linha de Produção	693
7	Cozinheiro Geral	566	Eletricista de Instalações	608
8	Recepcionista, em Geral	473	Porteiro de Edifícios	585
9	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	396	Auxiliar de Escritório	467
10	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	333	Servente de Obras	466
11	Atendente de Lanchonete	311	Atendente de Lojas e Mercados	455
12	Nutricionista	274	Motorista de Carro de Passeio	434
13	Professor de Ciências Exatas e Naturais do Ensino Fundamental	253	Mecânico de Manutenção de Máquinas	391
14	Farmacêutico	247	Frentista	378
15	Mãe Social	222	Armazenista	364

Fonte: Novo CAGED (MTP)

Nota: *janeiro a agosto de 2022 está sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Dentre as ocupações de maior expressividade em termos de inserção feminina em 2022 (**Tabela 16**), podem-se destacar “Assistente Administrativo” (+ 1.323 vínculos), “Técnico de Enfermagem” (+1.269 vínculos), “Faxineiro” (+1.045 vínculos), “Auxiliar de Escritório” (+880 vínculos) e “Atendente de Lojas e Mercados” (+688 vínculos). Enquanto a inserção masculina foi mais expressiva nas atividades de “Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar” (+1.480 vínculos), “Motorista de Caminhão” (+1.251 vínculos) e “Faxineiro”, com +1.236 vínculos.



4.6. Saldo de emprego formal nos municípios maranhenses

Tabela 17 – Municípios maranhenses com maior saldo na geração de empregos formais entre as mulheres, em 2021 e 2022*

Município	2021				Município	2022*			
	Homem	Mulher	Total	Part. Mulher (%)		Homem	Mulher	Total	Part. Mulher (%)
São Luís	+12.610	+9.259	+21.869	42,3	São Luís	+8.562	+7.961	+16.523	48,2
Imperatriz	+1.603	+1.259	+2.862	44,0	Imperatriz	+1.351	+977	+2.328	42,0
Balsas	+1.974	+782	+2.756	28,4	Balsas	+990	+599	+1.589	37,7
Açailândia	+2.019	+515	+2.534	20,3	Trizidela do Vale	+151	+475	+626	75,9
Timon	+639	+379	+1.018	37,2	São José de Ribamar	+620	+316	+936	33,8
Bacabal	+25	+274	+299	91,6	Arame	+175	+272	+447	60,9
Barra do Corda	+300	+230	+530	43,4	Açailândia	+163	+266	+429	62,0
São Jose de Ribamar	+155	+200	+355	56,3	Colinas	+490	+241	+731	33,0
Pedreiras	+725	+190	+915	20,8	Matões do Norte	+73	+201	+274	73,4
Paço do Lumiar	+429	+182	+611	29,8	Presidente Dutra	+155	+124	+279	44,4

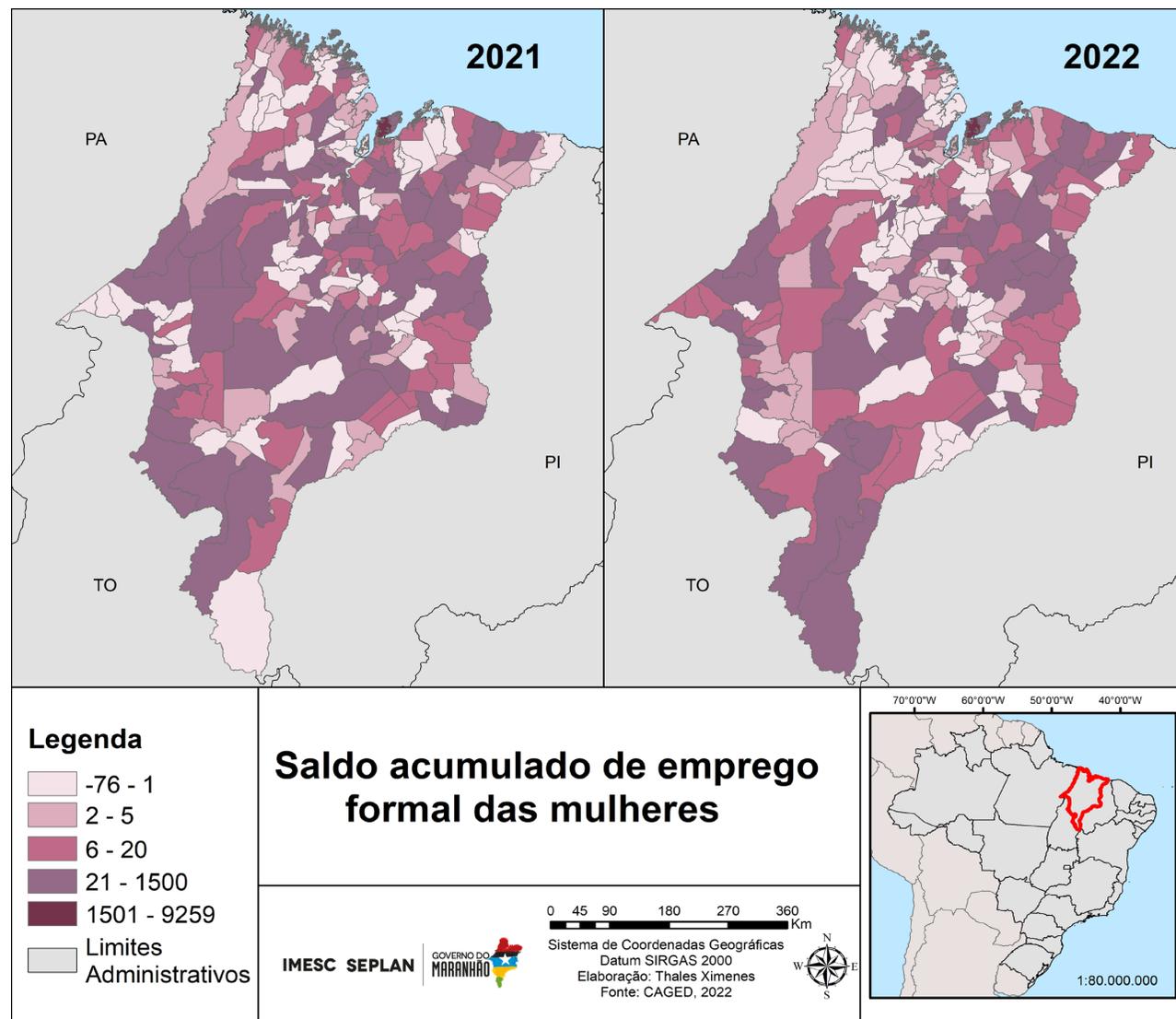
Fonte: Novo CAGED (MTP)

Nota: *janeiro a agosto de 2022 está sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Segundo a **Tabela 17**, os municípios maranhenses com maiores admissões líquidas de mulheres foram São Luís (+7.961 de janeiro a agosto de 2022), Imperatriz (+977) e Balsas (+599). Esses municípios possuem não só altos quantitativos populacionais, como também uma economia mais dinâmica, quando comparado à maioria dos municípios maranhenses. Nesses municípios, as mulheres representavam 48,2%, 42,0%, e 37,7% do aumento líquido de empregos, respectivamente. Destacou-se também Trizidela do Vale (+475 de janeiro a agosto de 2022), município de porte consideravelmente menor, devido sobretudo ao setor de atividade Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (+452). O **Mapa 5**, na página seguinte, apresenta a geração líquida de empregos formais nos municípios maranhenses.



Mapa 5 – Saldo acumulado de emprego formal das mulheres, nos municípios maranhenses, em 2021 e 2022*



Fonte: Novo CAGED (MTP)

Nota: *janeiro a agosto de 2022 está sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo



5. EMPREENDEDORISMO E LIDERANÇA FEMININA



Empreendedorismo Feminino no Maranhão



No Maranhão, em março de 2022, havia um total de **134 mil empresas** chefiadas por mulheres.

Isso equivale a **43,3%*** da composição de empresas no estado.



1 São Luís
47.819



2 Imperatriz
12.376



3 São José de Ribamar
6.310

São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar abrangem **49,4%** do total de empresas chefiadas por mulheres, em 2022.



No Maranhão, o **Comércio** é o setor onde as mulheres mais empreendem, com mais de **60 mil** empreendedoras..

Seguido de **Construção, Indústria e Serviços**



2.733



7.490



40.276



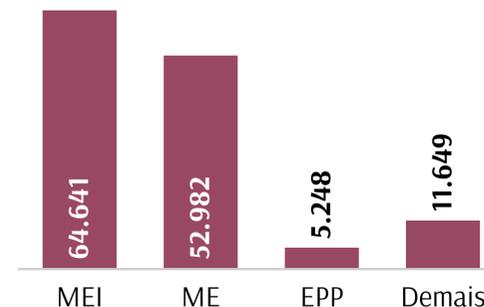
60.580

* 8,4% dessas empresas são consideradas mistas, ou seja, comandadas por homens e mulheres.

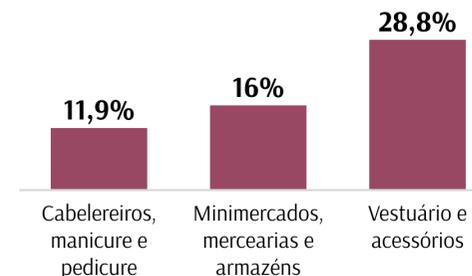
Legenda: MEI (Microempreendedor Individual)/ ME (Microempresa)/ EPP (Empresa de Pequeno Porte)



48% são Microempreendedoras Individuais (MEI), ou seja, possuem empresas com faturamento de até R\$ 81 mil/ano.



Vestuário e acessórios (28,8%) foram os segmentos de atividades onde as mulheres maranhenses mais empreenderam, em 2022.

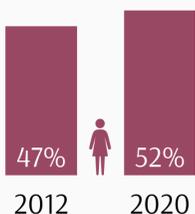


Fonte: Elaboração do IMESC, com base em dados da Jucema / março de 2022



A Mulher Maranhense em Cargos de Liderança

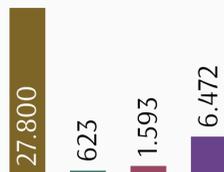
De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS):



No Maranhão, dos 70,2 mil empregos formais em cargos de gestão, em 2020, **52%** eram representados pelas **mulheres**.

Crescimento de **5,0 p.p.** em relação à 2012.

Ainda em 2020, haviam **27,8 mil** mulheres como **Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público**.

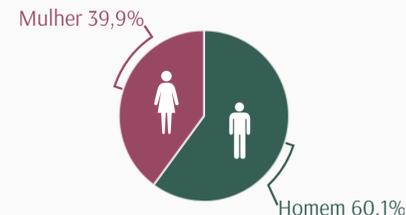


Em comparação aos homens, **71,9%** eram **Diretoras e Gerentes em Empresa de Serviços de Saúde, Educação ou Culturais**.

- Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público.
- Diretoras e Gerentes em Empresa de Serviços de Saúde, Educação e Culturais.
- Dirigentes de Empresas e Organizações (exceto de interesse público).
- Gerentes

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC):

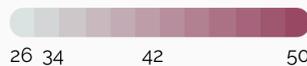
Em 2022, **39,9%** dos cargos de **Diretores e Gerentes** no Maranhão pertencem às **mulheres**.



Participação da mulher em cargos de Diretores e Gerentes nas UF's (%)



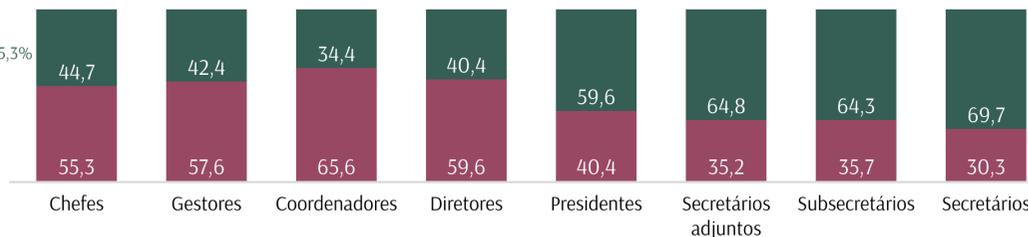
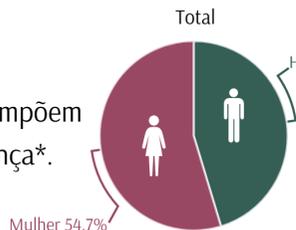
Além disso, o Maranhão está a frente de 18 estados brasileiros com maior percentual de mulheres nesses cargos.



Em 2022, havia 15,5 mil mulheres e 23,2 mil homens maranhenses em cargos de gestão.

Cargos de liderança* no Governo do Estado do Maranhão, total e segundo o tipo de cargo, por sexo (%)

No Governo do Estado do Maranhão, as **mulheres** compõem **54,7%** dos cargos de liderança*.



*Estimativa feita com os dados do portal da transparência do governo estadual, considerando cargos de chefia, gestão, coordenadores, diretores, presidentes, secretários, secretários adjuntos e subsecretários.

Fonte: Elaboração do IMESC, com base em dados do Ministério do Trabalho e Previdência/RAIS (2020); IBGE/PNAD Contínua Trimestral (1º tri 2022); Portal da Transparência do MA (ago./2022).



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2012 e 2022, houve a expansão da presença feminina no mercado de trabalho no país e na maioria das UFs. O Maranhão foi o 8º estado com maior crescimento de mulheres ocupadas (+1,4 p.p.) entre 2012 e 2022.

A subocupação é mais frequente entre as mulheres no Brasil: em 2012, 49,8% do total de subocupados eram do sexo feminino, e em 2022, passou para 53,4%. No Maranhão, os homens são maioria em situação de subocupação, e foi um dos estados com menor crescimento de mulheres subocupadas (+4.1 p.p.).

Em 2022, a taxa de desocupação também foi maior para as mulheres (13,7%) em comparação aos homens (9,1%), no Brasil. Entre 2012 e 2022, houve expansão de 3,2 p.p. da taxa de desocupação feminina no país. O maior crescimento da taxa de desocupação foi observado em Pernambuco (+8,2 p.p.), enquanto o Maranhão foi o 7º nesse indicador, com +5,0 p.p.

A disparidade salarial entre homens e mulheres reduziu no país. Em 2012, as mulheres ganhavam 27% a menos em relação aos homens e, em 2022, esse diferencial foi para 20,7%. No Maranhão, a maior desigualdade foi observada em 2013, quando as mulheres recebiam 22,9% a menos que os homens. Naquele ano, o rendimento médio dos homens foi de R\$1.567 e das mulheres de apenas R\$1.208. Em 2019, por sua vez, foi registrado o melhor resultado: os homens recebiam R\$1.721 e as mulheres R\$1.595, ou seja, 7,3% a menos.

Quanto ao emprego formal, as mulheres representavam 43,6% do total de empregos formais no Brasil em 2020, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O Maranhão foi o segundo estado com maior crescimento do estoque feminino entre 2012 e 2020 (+15,5%), atrás somente de Mato Grosso (+19,5%). Assim, foram mais de 46,4 mil mulheres inseridas no mercado de trabalho formal no Maranhão em 2020. O Maranhão obteve crescimento da participação feminina de 3,5 p.p (saiu de 43,0% em 2012 para 46,5% em 2020), representando a quarta maior expansão do país.

As mulheres possuíam maior nível de escolaridade em comparação aos homens no país. O quantitativo de mulheres com Ensino Superior foi

de 6,4 milhões contra 4,3 milhões do sexo masculino, em 2020. No Maranhão, observa-se a mesma tendência, saindo de 76,2 mil em 2012 para 127,5 mil para 2020, um aumento de 67,3%. Assim, o percentual de mulheres maranhenses com esse nível de ensino aumentou de 60,1% em 2012 para 65,9% em 2020.

O maior nível de escolaridade das mulheres não se refletiu em termos salariais. No Brasil, as mulheres continuaram recebendo menos que os homens em todos os níveis de escolaridade, no entanto a diferença salarial saiu de 39,8% em 2012, para 35,4% em 2020. Além disso, o rendimento das mulheres cresceu 19,5% em comparação a +11,4% dos homens. No Maranhão, o rendimento das mulheres com Ensino Superior Completo aumentou 24,2%, todavia, é 31,8% menor que o dos homens (R\$ 3.842,33 contra R\$ 5.633,56).

No Maranhão, destaca-se também a predominância da jornada de trabalho feminina na faixa de 21 a 30 horas semanais, que abrangeu 64% do total de mulheres empregadas formalmente, em 2020. No entanto, é na faixa de 16 a 20 horas que as mulheres recebiam mais, R\$ 3.441. Um dos motivos para menos horas destinadas ao trabalho formal relacionou-se diretamente à responsabilidade feminina que continua em função das tarefas de cuidado e tarefas domésticas, comprometendo o tempo disponível para o trabalho fora de casa.

Ressalta-se o crescimento das mulheres em cargos de liderança no emprego formal entre 2012 e 2020. As mulheres maranhenses representaram 52% do total de cargos de gestão em 2020, registrando um crescimento de 5,0 p.p. em comparação a 2012. Além disso, no empreendedorismo, são 134 mil empresas chefiadas por mulheres, o que equivale a 43,3% do total de empresas no estado, segundo os dados da JUCEMA.

Por fim, dados mais recentes do Novo Caged evidenciaram que o mercado de trabalho maranhense se apresenta menos desigual entre homens e mulheres. O avanço da participação feminina traduziu-se em crescimento da ocupação feminina e da maior presença feminina no emprego formal, com a criação de 14 mil novas vagas entre janeiro e agosto de 2022.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL DE FATO. **“Com investimentos públicos, Maranhão lidera geração de empregos no Nordeste”**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/07/com-investimentos-publicos-maranhao-lidera-geracao-de-empregos-no-nordeste>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **“Educação é cada vez mais importante para recuperar a participação da mulher no mercado de trabalho”**. 2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao>. Acesso em: 19 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Outras formas de trabalho**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **C100 – Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor**. 1951. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235190/lang-pt/index.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **C111 – Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação**. 1958. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235325/lang-pt/index.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

IMESC SEPLAN

GOVERNO DO
MARANHÃO



boletim
SOCIAL
do Maranhão

A participação das mulheres
no mercado de trabalho

